AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 33 | Nº 12 | DEZEMBRO 2013 | R$ 15,00
ISSN 0100-4298



ESPECIAL CAFÉ: LINHA DE RESILIÊNCIA

TERRA | Áreas com cana e uva são as mais caras

LATICÍNIO | Eficiência energética é a chave para a competitividade

ENTREVISTA | *Helicoverpa armigera* é o grande desafio da pesquisa

O agronegócio é o seguinte

Cafeicultura em estado de alerta

COM 2013 se encerrando, é possível fazer um diagnóstico sobre o comportamento da economia brasileira ao longo do ano. As perspectivas favoráveis de janeiro e fevereiro foram gradativamente substituídas pela realidade dos fatos, que mostraram uma economia debilitada, apesar dos esforços do governo brasileiro. O crescimento econômico deste exercício não irá superar os 2,5%. O que se observa é uma exaustão do modelo de estímulos da demanda agregada via consumo das famílias, baseado no endividamento. O patamar de endividamento médio da família brasileira está alto e, mesmo com juros mais baixos no passado recente, a resposta do lado do consumo prosseguiu baixa.

Já a inflação medida pelo IPCA ficará próxima aos 6%, bem acima do centro da meta, de 4,5%. É preocupante o fato das projeções de mercado apontarem para uma relativa estabilidade nesse patamar para o ano que vem. Os resultados das contas públicas também não são nem um pouco inspiradores, com a percepção geral de piora sistemática. As agências de classificação de risco poderão rever a nota do Brasil quanto à ausência de mudanças concretas na política econômica. Nas transações correntes do País, teremos um déficit próximo a US$ 80 bilhões. A piora do ambiente econômico doméstico brasileiro, no entanto, não está clara para a sociedade, em função do baixo desemprego.

Enquanto isso, quando se analisa o seu mercado de terras, o Brasil, em função de suas características especiais, mostra ser uma das poucas nações do mundo que permite a exploração "industrial" de suas terras agrícolas. Essa natureza do agro brasileiro é o que torna o campo tão interessante para investidores nacionais e estrangeiros. A análise dos preços em 2013 mostra que as regiões Sudeste e Sul possuem as terras mais caras, por serem áreas consolidadas com agricultura, onde a infraestrutura é normalmente melhor e a disponibilidade de áreas, menor. Terras para cana-de-açúcar e uva são as mais valiosas. O Centro-Oeste mescla áreas de alto valor – como na região de Dourados e Chapadão do Sul, no Mato Grosso do Sul, e Rio Verde, em Goiás – e de baixo valor – como o Pantanal. As regiões Norte e Nordeste, que englobam estados considerados "novos" e promissores no que diz respeito ao agronegócio – tais como Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MAPITOBA) –, possuem grande potencial de valorização com o aumento do interesse de investidores.

A entrevista da ***Agroanalysis*** cerca o assunto mais polêmico no agronegócio brasileiro: a lagarta *Helicoverpa armigera*, que surgiu no oeste da Bahia durante a safra 2012/13 e, depois, espalhou-se para o Mato Grosso, Distrito Federal e Paraná. Segundo a Embrapa, a literatura indica mais de 100 plantas que podem ser atacadas, com alto poder de destruição. O diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da entidade, Ladislau Martin Neto, fala sobre o que está sendo feito na busca do seu controle. A estimativa é que os prejuízos chegam à casa dos R$ 2 bilhões.

Quando se trata da busca por maior eficiência energética visando a redução de custos, verifica-se que a indústria brasileira de laticínios possui grande potencial. Entretanto, é necessário maior conscientização pelas empresas sobre a importância dessas iniciativas, a fim de se tornarem cada vez mais competitivas. Soluções que utilizam biomassa renovável, como a madeira proveniente de reflorestamento, já podem ser observadas. Esses produtos abastecem as caldeiras e fornecem o vapor para a indústria, contribuindo com a economia de custos e alinhando as empresas às políticas sustentáveis.

Na área de cana-de-açúcar, a segunda reunião da CANAPLAN de 2013 avaliou a safra canavieira 2014/15. As projeções apontam para uma produção recorde de matéria-prima na região Centro-Sul do Brasil, com mais de 600 milhões de toneladas produzidas. A preocupação maior é com o equilíbrio financeiro (custo e receita), prejudicado pelo *dumping* da gasolina. O peso do Governo no "controle" da economia deforma o setor energético brasileiro, em especial o de combustíveis.

Para encerrar, nesta edição, a revista traz o caderno especial com matérias sobre a cafeicultura. Depois de um ciclo de bons preços e boa rentabilidade para os produtores, a sobreoferta da produção derruba os preços e a atividade mergulha em crise. A atuação especulativa dos fundos nas grandes bolsas internacionais deixa a conjuntura mais dramática. No Brasil, o Governo e o setor produtivo analisam a delicada situação para a tomada de providências. As medidas foram anunciadas e, agora, espera-se que as mesmas sejam de fato efetivadas sem atraso. A ordem prática é não plantar mais nenhum pé. A história se repete. ■

"A equipe da **Agroanalysis** agradece a atenção recebida pelos seus leitores, anunciantes e colaboradores, desejando-lhes feliz natal e um próspero 2014."

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: Shutterstock e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas
6 Ladislau Martin Neto

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios
13 Exportações do agronegócio
15 Mercado de terras
18 Suíno
19 Pecuária de corte sustentável
20 Indústria de laticínios

Gestão
22 *Agribusiness* brasileiro

Especial Café
26 Estado de alerta

Especial CANAPLAN
35 Avaliação da safra canavieira 2013/14

Especial Aprosoja
40 I Fórum Brasileiro de Etanol de Milho e Sorgo

Especial Andef
43 Inovação

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Especial Café



26 Estado de alerta

Mercado & Negócios



13 Exportações do agronegócio

Gestão



22 *Agribusiness* brasileiro

Ladislau Martin Neto
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa

O grande desafio da Pesquisa

Por Paulo Roque

PRATICAMENTE DEZ anos após o surgimento da ferrugem asiática da soja, a agricultura brasileira enfrenta outra ameaça. Dessa vez, bem mais perigosa e devastadora. É a *Helicoverpa armiger*a, surgida no oeste da Bahia durante a safra 2012/13, para depois espalhar-se para outras áreas de produção, como Mato Grosso, Distrito Federal e Paraná. Com apenas quatro centímetros de comprimento, a lagarta não ataca somente uma cultura específica, mas várias.

Segundo a Embrapa, a literatura indica mais de 100 plantas que podem ser atacadas com alto poder de destruição. É conhecida na literatura científica internacional desde 1809, quando foi descrita pelo entomologista alemão Jacob Hübner. Sua presença já foi registrada na África, Ásia, Oceania e Europa (regiões sul e central). No Brasil, ainda não há informações precisas sobre como a espécie chegou.

Recentemente, o governo federal declarou estado de emergência fitossanitária no oeste baiano e no estado do Mato Grosso. Estima-se que os prejuízos chegam à casa dos R$ 2 bilhões. Nessa guerra, cerca de 100 pesquisadores foram mobilizados pela Embrapa para conter o seu avanço. Aqui, o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da entidade, Ladislau Martin Neto, fala sobre o que está sendo feito na busca do controle da *Helicoverpa armigera*. Uma das propostas é o Programa Nacional de Melhoramento Genético Preventivo.

AGROANALYSIS Podemos afirmar que o caso da *Helicoverpa armigera* é uma surpresa geral?

LADISLAU MARTIN NETO Sim, mesmo sabendo que uma série de doenças animais, insetos e pragas em geral que rondam o mundo podem nos afetar. Não podemos abster-nos dessa realidade. O impacto de uma praga quarentenária como esta quando entra num país é muito grande. Infelizmente, essa é uma ameaça do mundo globalizado. Existe sempre uma chance de, eventualmente, vivermos um episódio como esse. Se recordarmos, em 2001, passamos a conviver com a ferrugem asiática da soja, que também causou um grande estrago e ainda causa. Hoje, temos um número da ordem de 150 insetos em condições de invadir o País.

AGROANALYSIS Estamos falando de uma praga nova no cenário agrícola brasileiro?

LMN Exatamente. Até então, convivíamos com a chamada *Helicoverpa zea*, conhecida como a lagarta da espiga do milho. Diante do fato de possuir características morfológicas similares à *armigera*, levamos um pouco de tempo para identificar a nova espécie exótica, uma praga quarentenária tipo A1. Isso foi um agravante adicional no contexto. Temos experiência com a *zea*, inclusive no que diz respeito ao uso de produtos químicos adequados. A *armigera*, infelizmente, é resistente a uma série de agroquímicos utilizados para combater a *zea* no Brasil. Esse foi o problema, um agravante adicional importante. Por isso, a necessidade da autorização, de forma emergencial, da entrada de novos produtos específicos para o combate da *Helicoverpa armigera*.



EMBRAPA-ORLANDO BRITO

> “Hoje, temos um número da ordem de 150 insetos em condições de invadir o País.”

Agroanalysis Outros casos poderão acontecer?

LMN Infelizmente, sim. A Embrapa e o MAPA vêm acompanhando e monitorando as possíveis pragas que podem nos afetar. Nesse sentido, a Embrapa está propondo o Programa Nacional de Melhoramento Genético Preventivo. Na prática, já fazemos isso, mas queremos aumentar, sistematizar e estimular os órgãos de pesquisa a trabalharem dentro desse contexto de melhoramento genético preventivo das doenças que ainda não chegaram ao País e, assim, termos a oportunidade de antecipação. Um exemplo clássico dessa questão é o caso da ferrugem do café. O pesquisador Alcides Lopes, do Instituto Agronômico de Campinas, na década de 50, desenvolveu espécies resistentes à ferrugem. Assim, quando a doença chegou ao Brasil, já existiam alternativas para o seu controle. Quer dizer, o problema grave foi amenizado. Neste momento, por meio da iniciativa do pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnlogia Márcio Elias, com o apoio da Diretoria e do presidente da Embrapa, estamos propondo, junto ao MAPA, o estabelecimento deste programa. O intuito é amenizar o impacto dessas pragas que ainda não chegaram, mas que, infelizmente, têm potencial para isso, como é o caso da *Helicoverpa armigera*.

Agroanalysis O desenvolvimento de uma variedade resistente exige muito tempo?

LMN Dependendo da cultura, são anos de pesquisas. É impossível, diante do ataque de uma nova praga, chegar-se a uma variedade resistente no mês ou no ano seguinte. A questão de um país desenvolver e possuir uma variedade deste tipo é justamente para ter o tempo a seu favor e não contra. E é durante esse período que entra a questão dos manejos integrados, do uso de controle químico e biológico, junto a ações diferentes, como o vazio sanitário. São várias estratégias de convivência, mas estamos trabalhando o melhoramento genético preventivo com uma visão de longo prazo para o País.

Agroanalysis Até o momento, qual o prejuízo provocado pela *Helicoverpa armigera*?

LMN Os dados disponíveis indicam que o oeste baiano e o Mato Grosso são as regiões mais afetadas. Devido a isso, elas foram declaradas como áreas em estado de emergência fitossanitária. Tudo indica que, da safra 2012/13 à 2013/14, o impacto vem sendo ampliado. Não temos dados precisos ainda, mas fala-se de um prejuízo da ordem de R$ 2 bilhões.

Agroanalysis Quantos profissionais da Embrapa estão envolvidos nas pesquisas para o controle da *Helicoverpa armigera*?

LMN Cerca de 100 pesquisadores trabalham em todo o País, em diferentes áreas, com temas relacionados a essa questão. Especificamente neste momento, a Caravana Embrapa está envolvendo vinte e sete especialistas. É um número importante e significativo de profissionais atuando no tema. Estamos considerando somente a Embrapa. Temos de considerar uma série de outras instituições de pesquisa e universidades que tem estado bastante atuante nesse tópico. É uma rede nacional de atuação integrada com as organizações estaduais de pesquisa e as universidades. É uma agenda continuada. A Embrapa tem adotado um projeto mais abrangente, trazendo para junto de si diferentes instituições, a iniciativa privada e, é lógico, os produtores, associações, cooperativas, além de agentes de fiscalização e controle, criando uma rede que se comunique de forma bastante eficiente.

Agroanalysis Como administrar a globalização de pragas e doenças da agricultura?

LMN Esse é um desafio importante. Existe uma série de regulamentações internacionais limitando o trânsito de plantas e animais. Cada país tem a sua legislação específica e procura proteger-se da entrada de novas pragas. Mas, com a globalização, essa é uma realidade bem complexa, por razões diferentes, independentemente da nossa vontade, como os efeitos climáticos, as correntes de vento, os furacões e as outras situações consideradas potenciais para estes organismos migrarem e chegarem ao Brasil. Num país com a quantidade de territórios e divisas tão ampla, o controle para barrar essas entradas tem que ser o que há de melhor. Ações como o Programa Nacional de Melhoramento Genético Preventivo e a manutenção de planos ou grupos capacitados para lidar com situações emergenciais são importantes, sempre aliadas à pesquisa. Monitoramento e fiscalização em portos, aeroportos e nas regiões de fronteira são questões fundamentais. O Brasil tem uma agenda nesse sentido, mas é um desafio. E o tamanho do nosso território, realmente, é uma condição que nos traz dificuldades adicionais.

> “Num país com a quantidade de territórios e divisas tão ampla, o controle para barrar essas entradas tem que ser o que há de melhor.”

Agroanalysis Mas existe possibilidade de se controlar espécies exóticas invasoras no Brasil?

LMN Os desafios são grandes, mas a questão do manejo integrado é importante. Basta olharmos para o nosso sucesso obtido no combate à ferrugem da soja, que é admirado internacionalmente. No período de 2009 a 2011, quando tive a oportunidade de coordenar, em Washington, nos EUA, o Labex, nosso laboratório no exte-

rior, pude ver a impressão de muitos especialistas em sanidade vegetal, que diziam: "Poxa, como o Brasil conseguiu? Qual foi o segredo?". A resposta foi justamente a integração com os produtores no sentido de sensibilizá-los e fazê-los entender a gravidade do problema e seus prejuízos econômicos. Despertamos neles a habilidade e a visão da necessidade de usar a inteligência nesse processo de gestão da propriedade. As recomendações feitas pela pesquisa foram adotadas e ajudaram muito a amenizar os estragos nos anos subsequentes. É lógico que foi um impacto importante na chegada, mas que, posteriormente, pôde ser amenizado e a cultura se manteve. Considero essa a estratégia principal, integrar o poder público, os órgãos de pesquisa, as universidades e o produtor rural.

Agroanalysis O Decreto que aprovou o Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal é de 1934. Houve alguma alteração com relação à legislação brasileira de pragas quarentenárias?

LMN De fato, este decreto de 1934 tem sofrido atualizações. Existe uma lei complementar de 1991 e, depois, o Decreto 5741, de 30 de abril de 2006, que criou o sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária. Isso trouxe revoluções importantes nessa questão. Sabemos que estão previstas atualizações para melhorar e otimizar essa parte da legislação de praga quarentenária. Temos um sistema atuante, e entendo o enorme tamanho desse desafio.

Agroanalysis A aplicação de medidas emergenciais é válida ou não?

LMN Quando surge uma situação não esperada de uma praga quarentenária, entendo que é muito válida e está prevista na nossa legislação. Num país como o Brasil, tão dependente do PIB agrícola, o impacto econômico e social será imenso caso essas medidas não forem adotadas. Gostaria de destacar uma iniciativa da Embrapa, com o apoio de associações, cooperativas e dos produtores rurais. Trata-se da Caravana Embrapa, cujo objetivo é levar informações técnicas aos agricultores das dez principais regiões produtoras do Brasil. A equipe é composta por vinte e sete especialistas, com atuação bem próxima do produtor no campo, mostrando como identificar e trabalhar, não só a questão da *Helicoverpa armigera*, mas de outras pragas. Um esforço importante para incentivar a adoção do manejo integrado de pragas. Em algum momento, tem-se optado mais pelo controle químico, porém precisamos contextualizar isso de uma forma melhor, até para maior eficiência e redução do impacto ambiental. Essa é uma agenda extremamente importante para a Embrapa protagonizar nesse momento de apreensão por parte dos produtores. Vamos falar particularmente da *Helicoverpa armigera*, mas o desafio, na verdade, é amplo. Infelizmente, em outros momentos, podem surgir novos quadros.

Agroanalysis Em um país tropical com muito calor e umidade, o manejo integrado é o caminho?

LMN Tudo indica que sim. Pelo fato de não termos um inverno rigoroso para gerar o vazio sanitário ou a quebra de sequência de plantas e alimentos no campo, sem dúvida, isso é importante: tanto a questão da umidade, quanto a da temperatura. Estamos em uma faixa tropical, com regiões que produzem duas ou até três safras agrícolas. Por um lado, temos a produção agrícola e, por outro, existe o que chamamos de ponte verde, que significa também alimento para os insetos e outros organismos o tempo inteiro. Daí, muitas vezes, quando se estabelece uma população destas espécies, baixá-la representa um desafio. Aprender a seguir as orientações de um manejo integrado de pragas é fundamental. Por exemplo, no que diz respeito a desafio e tecnologia, temos usado espécies transgênicas resistentes a alguns insetos. Mas, então, é preciso estar dentro de um contexto das áreas de refúgio. Tudo está sendo devidamente utilizado; quer dizer, a gestão da propriedade, do negócio agrícola, passa a envolver maior complexidade. Portanto, é preciso desenvolver uma estratégia, um planejamento muito mais eficiente. Esse é o desafio diante do grande desenvolvimento da agricultura brasileira nos últimos quarenta anos, mas, junto dele, vêm também essas adversidades que precisamos saber manejar.



EMBRAPA-ORLANDO BRITO

> "Os desafios são grandes, mas a questão do manejo integrado é importante."

Agroanalysis O acordo sanitário e fitossanitário da Organização Internacional do Comércio de 1995 pode ajudar?

LMN Sim. É importante estabelecer normas de conduta, de rejeição de materiais, de estabelecimento de barreiras fitossanitárias e também sanitárias para plantas, animais e o homem, que são aliados importantes nesse momento. Acho que seguir este acordo é fundamental para o País poder reduzir o risco dos impactos. São questões importantes na gestão dos riscos de novas pragas. ■

Macroeconomia

Fundamentos ruins

Rogério Mori*

O ANO de 2013 está encerrando-se, e já é possível traçar um diagnóstico sobre o comportamento da economia brasileira ao longo desse período.

Como já ficou evidente neste momento, os resultados deste ano não são os melhores em várias frentes, e as perspectivas favoráveis de janeiro e fevereiro foram gradativamente sendo substituídas pela realidade dos fatos, que mostraram uma economia debilitada, apesar dos esforços do governo brasileiro.

De fato, tudo indica que o crescimento econômico deste ano não irá superar os 2,5%, com um terceiro e quarto trimestres ainda relativamente fracos. Esse fenômeno ocorreu em um contexto de taxa de juros relativamente baixa para padrões brasileiros. Claramente, isso representa uma exaustão do modelo de estímulos da demanda agregada via consumo das famílias, baseado no endividamento. Ao que tudo indica, o patamar de endividamento médio da família brasileira já é relativamente alto, e, mesmo com juros mais baixos do que no passado recente, a resposta do lado do consumo tem sido baixa.

Tendo em vista que o Banco Central iniciou o processo de aperto da política monetária há alguns meses, a tendência é de que o ritmo debilitado de crescimento da economia brasileira mantenha-se nos próximos trimestres. Sob essa perspectiva, o desemprego baixo tem representado o único aspecto positivo nesse ponto até o momento. Logicamente, uma eventual piora nos níveis de emprego teria impactos adversos sobre a inadimplência no País, podendo levar a uma dinâmica mais perversa do ponto de vista da atividade econômica.

No entanto, não é apenas do lado do crescimento que as notícias foram desapontadoras em 2013. O quadro da inflação neste ano também não foi nem um pouco positivo. Nesse contexto, o governo brasileiro apostou no cenário de alta temporária da inflação durante boa parte do ano, procurando evitar uma elevação da taxa de juros por parte do Banco Central. Esta foi uma aposta que procurava evitar um movimento que levasse a uma desaceleração mais pronunciada da atividade econômica. A realidade dos fatos, no entanto, jogou por terra o cenário do Governo, e o que se verificou foi uma inflação pressionada durante praticamente o ano inteiro. Esse resultado forçou o BC a reagir com juros, apertando a política monetária ao longo dos últimos meses. De qualquer forma, a inflação medida pelo IPCA ficará próxima aos 6% neste ano, bem acima do centro da meta, de 4,5%. Mais preocupante é o fato de que as projeções de mercado apontam para uma relativa estabilidade nesse patamar para o ano que vem. Caso isso se verifique, será mais um ano de inflação alta, e as preocupações quanto ao grau de (des)comprometimento do Banco Central com a meta para a inflação só têm aumentado nós últimos meses.

Além dos resultados ruins do ponto de vista do crescimento econômico e da inflação, os resultados das contas públicas também não são nem um pouco inspiradores para este ano. O resultado primário do setor público brasileiro acumulado até setembro é quase a metade do que foi verificado algum tempo atrás. As sinalizações do Governo, nesse sentido, apontam diretamente para a manutenção de uma política fiscal expansionista no médio prazo. Com isso, a percepção geral das contas públicas brasileiras tem piorado sistematicamente ao longo de 2013. Nesse contexto, as agências de classificação de risco já indicaram que a nota do Brasil deverá ser revista em breve quanto à ausência de mudanças concretas na política econômica.

O *front* das contas externas, por sua vez, também não dá nenhum sinal de alívio no conjunto de indicadores ruins para a economia brasileira. Sob essa lógica, o real ainda apreciado frente às demais moedas tem tido efeitos concretos sobre o desempenho do saldo comercial brasileiro, que declinou significativamente ao longo do ano quando comparado a anos anteriores. O resultante desse processo foi uma piora considerável do resultado em transações correntes do País, que deve registrar um déficit próximo a US$ 80 bilhões neste ano, sem dar maiores sinais de reversão de trajetória para o ano que vem. Isso significa que o Brasil segue dependendo crucialmente de financiamento externo para fechar suas contas.

A síntese desses elementos sugere uma clara piora do ambiente econômico doméstico brasileiro, sendo que esse fenômeno segue ainda relativamente toldado para a sociedade, em função do baixo desemprego. De qualquer forma, é palpável a deterioração da qualidade da política econômica. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

BRASIL PODE PRODUZIR MAIS DE 196 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS


SHUTTERSTOCK

O segundo levantamento da safra brasileira de grãos de 2013/14 realizado pela Conab indica um volume estimado entre 192,4 e 196,6 milhões de toneladas, o correspondente a um percentual que varia de 3,0% a 5,3% acima da safra 2012/13. De todos os produtos, a soja tem o maior crescimento de produção e de área, respectivamente entre 87,9 e 90,2 milhões de toneladas e entre 28,8 e 29,5 milhões de hectares. A área total destinada ao plantio da safra deve passar dos 53,3 milhões de hectares, podendo chegar a 55,5 milhões, o que representa uma variação entre 2,0% e 4,2% em relação à área plantada em 2012/13.

MILHO: BRASIL E CHINA ASSINAM PROTOCOLO DE EXPORTAÇÃO

Durante a reunião da Comissão Sino-Brasilieira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em Pequim, foram assinados dois acordos. O primeiro trata da exportação de milho brasileiro ao país asiático e o segundo, de biotecnologia. Nos últimos anos, a China vem importando volumes crescentes do cereal, e o Brasil, como grande produtor deste grão, tem perspectivas de se tornar um dos seus maiores fornecedores. No ano passado, as exportações brasileiras do produto foram de 19,8 milhões de toneladas.

EMBRAPA APRESENTA NOVO INOCULANTE NATURAL

Uma nova bactéria (*Microvirga vignae*), capaz de nodular com feijão-caupi e fixar nitrogênio, podendo aumentar o rendimento de grãos em até 200%, foi apresentada pela Embrapa Agrobiologia. Para o pesquisador Jerri Zilli, que integra a equipe que realizou o estudo, do ponto de vista prático, a descrição da bactéria é importante porque abre a possibilidade de produção de um novo inoculante altamente rentável para feijão-caupi, além de dar mais visibilidade às coleções de germoplasma da Embrapa.

AGRONEGÓCIO EXPORTA US$ 86,42 BI EM 2013

De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA), as exportações do agronegócio brasileiro de janeiro a outubro deste ano somaram US$ 86,42 bilhões, crescimento de 6,9% em relação aos US$ 80,88 bilhões obtidos no mesmo período do ano anterior. Mais uma vez, o complexo soja foi responsável pelo melhor resultado em vendas, com US$ 29,19 bilhões, 18,4% superior à cifra alcançada em 2012. As carnes apresentaram o segundo melhor resultado, US$ 13,96 bilhões. As importações alcançaram US$ 14,29 bilhões, e o saldo da balança comercial foi de US$ 72,13 bilhões.

IAC LANÇA DUAS VARIEDADES DE CANA-DE-AÇÚCAR


STOCK.XCHNG

O Instituto Agronômico de Campinas (IAC) lançou duas novas cultivares de cana-de-açúcar, a IACSP97-4039 e a IACSP96-7569, precoces e de grande interesse para a indústria. De acordo com o IAC, a primeira delas tem um perfil raro, que se caracteriza por ter no início da safra alto potencial de acúmulo de sacarose e por apresentar estabilidade na produtividade agrícola ao longo da safra. Vai despertar grande interesse do setor, porque pode ser colhida — com grande qualidade — do início ao final da safra, de abril a agosto, podendo a colheita ser estendida até outubro.

RÚSSIA LIBERA MAIS TRÊS ESTABELECIMENTOS DE CARNE BOVINA

Mais três estabelecimentos brasileiros exportadores de carne bovina foram liberados pelo Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia (Rosselkhoznadzor). São eles o Mataboi (SIF 4029), em Goiás, Marfrig (SIF 1751), no Mato Grosso, e JBS (SIF 4333), em Rondônia. Os dois primeiros estavam com restrições temporárias desde 2011 e o de Rondônia, desde 2009. Em outubro, os russos já haviam liberado outros seis frigoríficos brasileiros para exportar carne bovina ao país.

CHINA PODE POR FIM AO EMBARGO À CARNE BRASILEIRA

Missão da Administração de Inspeção de Qualidade e Quarentena da China (AQSIQ) virá ao Brasil em dezembro, para inspecionar as instalações de frigoríficos. O objetivo da visita é avaliar a sanidade do rebanho brasileiro e é resultado da iniciativa da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu, que liderou, em novembro, comitiva àquele país asiático. O embargo chinês à carne bovina do Brasil foi imposto em função do registro de um caso do mal da vaca louca em 2010, no Paraná. Também há interesse na ampliação do número de fornecedores. Enquanto o Brasil tem nove frigoríficos habilitados a vender para a China continental, a Argentina tem dezoito e o Uruguai, vinte e dois. O Brasil conseguiu, também, a liberação para que cinco plantas de frango comecem a exportar. Mais oito plantas devem ser inspecionadas e habilitadas pelo governo chinês em breve. O consumo médio *per capita* de carne de frango na China é de 9,7 quilos.

BRASIL QUER ABERTURA DE MERCADO DA MALÁSIA

Missão veterinária da Malásia veio ao Brasil para conhecer estabelecimentos que utilizam o método de abate *hallal*. Atualmente, quinze frigoríficos de carne bovina estão habilitados para exportar para outros países muçulmanos. A missão visitou quatro estabelecimentos em Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Pará. O abate *hallal* cumpre regras e normas de qualidade estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Islâmica, de acordo com as leis islâmicas. No Brasil, são produzidas 8,75 mil toneladas de carne bovina por dia obedecendo ao método. A Malásia tem capacidade de adquirir 20% desta produção.



COOPERAÇÃO AGRÍCOLA BRASIL-FRANÇA

Por ocasião da visita do presidente França, François Hollande, ao Brasil, em dezembro, os dois países deverão assinar protocolo de cooperação agrícola, que incluirá troca de informações e experiências sobre as políticas implementadas nas mais diversas áreas, como sustentabilidade da produção agropecuária, integração agricultura-pecuária-floresta, agroecologia e produção orgânica.

STF SUSPENDE AMPLIAÇÃO DA RESERVA KAYABI

A suspensão pelo STF do registro em cartório imobiliário da área demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como terra indígena Kayabi (norte do Mato Grosso) foi considerada pela Famato um marco para o estado. O STF também proibiu provisoriamente a transferência do título do território para a Funai, até o julgamento final da questão. Embora em caráter liminar, esta decisão servirá de parâmetro para outras ações de demarcação de terra indígena no Mato Grosso. A demanda começou quando a presidente Dilma Rousseff publicou, em 24 de abril, no Diário Oficial da União, decreto ampliando a área da reserva de 127 mil hectares para 1,053 milhões de hectares, aumento em 729%.

GUIA AVALIA MELHORES ÁRVORES PARA PASTOS

A Embrapa lançou o "Guia Arbopasto: manual de identificação e seleção de espécies arbóreas para sistemas silvipastoris". O guia descreve cinquenta e uma espécies diferentes que ocorrem naturalmente em pastagens e traz duas modalidades de classificação: as que possuem melhores características para o fornecimento de serviços, tais como qualidade da sombra, dos frutos, de fornecimento de nitrogênio; e as melhores árvores para produção de madeira. No total, foram avaliadas quinze características de cada espécie. Foram catalogadas árvores de pastagens no Acre e Rondônia, mas a maioria das espécies ocorre também nos outros biomas brasileiros. Das espécies avaliadas, 100% estão presentes na região Norte; 76%, no Centro-Oeste; 53%, no Nordeste; 31%, no Sudeste; e 20%, no Sul do Brasil.



ÉDI PEREIRA/HÓRUS PHOTOGRAPH 2011

"O ano de 2013 tem sido excepcional para a agropecuária brasileira, obtendo um crescimento exponencial e consolidando o nosso papel de liderança no mercado exportador de carne bovina no mundo."

ANTÔNIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec)

"A produção brasileira cresceu extraordinariamente nos últimos anos, cumprindo sua vocação natural: a de ser um dos maiores produtores de alimento do mundo. Mas, temos entraves na área de infraestrutura, insegurança, deficiência de comunicação, entre outros. Não fosse a persistência dos nossos agricultores, o que seria do Brasil?"

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), durante a abertura do 14° Congresso de Agribusiness sobre Segurança Alimentar, no Rio de Janeiro

"É importante para nos conhecermos cara a cara. Este tipo de evento agiliza as negociações e torna o processo de reconhecimento dos mercados muito mais prático."

RUI HUA, executivo da Yafela, "trading" chinesa que tem sedes em Xangai, Pequim e Fortaleza sobre o "networking" promovido pela CNA na feira de alimentos importados Food and Hospitality China (FHC China)

"O mundo precisa de mais inovação e tecnologia para seguir produzindo alimentos e protegendo sua natureza. É o que faz, hoje, o setor agropecuário brasileiro."

SENADORA KÁTIA ABREU, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em seu discurso de abertura da feira Food and Hospitality China (FHC China)

"Não nos interessa se iremos aumentar a venda de nossos produtos, como também não é uma questão de segregar competidores. O que queremos é apoiar projetos que gerem sustentabilidade, e há espaço para as empresas que atuam em diferentes setores do agronegócio."

LAÉRCIO GIAMPANI, presidente da Syngenta, sobre a Rede de Fomento da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)

"Desde 1990, a exportação da indústria e de serviços acumulou superávit de quase US$ 400 bi. O agronegócio acumulou superávit de US$ 820 bi. Agora, precisamos melhorar a nossa comunicação, para que a sociedade nos conheça, nos respeite e nos apoie."

MONIKA BERGAMASCHI, secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, em pronunciamento no 14° Congresso de Agribusiness sobre Segurança Alimentar

"A ideia é que países com características semelhantes às do Brasil, desde capacidade de produção, passando por clima, até tecnologia, unam-se para, entre outros fins, criar um modelo de abastecimento em que os estoques sejam mantidos pelos próprios países do GP e não sejam usados para resolver problemas nos preços, mas, sim, para garantir a segurança alimentar."

ROBERTO RODRIGUES, ex-ministro da Agricultura,embaixador especial da FAO para o Cooperativismo e coordenador do GV Agro/FGV, ao propor a criação de um grupo de países produtores (GP) que se dedicaria a promover a segurança alimentar mundial nos próximos anos, no 14° Congresso de Agribusiness sobre Segurança Alimentar

Exportações do agronegócio

O colchão de segurança

Felippe Serigati*

COM O fim da política do dólar barato, a conjuntura internacional está mudando, e o Brasil ainda não está preparado para esse novo cenário. O saldo da balança comercial do agronegócio será fundamental para dar maior estabilidade nesse período de transição.

Desde maio deste ano, ficou clara a intenção do Federal Reserve (Fed – o Banco Central dos Estados Unidos) de iniciar o processo de aperto da sua política monetária, revertendo a política do dólar fraco. Por um lado, é inegável que a economia norte-americana melhorou bastante e dá sinais claros de que já encontrou uma trajetória de crescimento sólida, embora com expansão a taxas modestas (previsão de crescimento de 1,6% para 2013). Por outro lado, o mercado de trabalho dos Estados Unidos ainda apresenta uma melhora não claramente convincente (taxa de desemprego de 7,3% no final de outubro). Diante destes dois resultados, há um debate se a economia dos Estados Unidos já está pronta para uma reversão em sua política monetária.

Em maio deste ano, o presidente do Fed, Ben Bernanke, sinalizou que, caso o taxa de desemprego dos Estados Unidos terminasse o ano entre 6,5% e 7,0%, o Fed passaria a adotar uma política monetária mais contracionista – isto é, paulatinamente, pararia de comprar sistematicamente títulos privados e, na sequência, iniciaria um ciclo de alta da taxa de juros.

A política do dólar fraco

Desde a crise de 2008, o Fed tem realizado um esforço muito grande para estimular o crescimento econômico e reduzir a taxa de desemprego dos Estados Unidos. Para alcançar estes objetivos, dois instrumentos de política monetária têm sido bastante utilizados:

• Redução da taxa de juros: desde o final de 2008, a taxa de juros dos Estados Unidos oscila dentro de um intervalo entre 0 e 0,25% a.a. Para se ter uma ideia de como estes valores são baixos, basta lembrar que a economia dos Estados Unidos tem operado a uma taxa de inflação baixíssima (o acumulado de doze meses em setembro foi de 1,2%). Isso significa que, mesmo com esta inflação tão baixa, a economia norte-americana tem trabalhado com taxa de juros real negativa.

• Injeção de liquidez no sistema financeiro: uma crise financeira se torna uma crise econômica quando os bancos reduzem fortemente o volume de crédito concedido. Para estimular os bancos a concederem crédito, o Fed reduziu drasticamente a taxa de juros. Como esse movimento não foi suficiente, o Fed também passou a injetar dinheiro diretamente nas instituições financeiras, por meio da compra de títulos privados. Com isso, estas instituições passavam a ter um volume maior de dinheiro em seus caixas do que, entre outras aplicações, poderia ser utilizado para conceder crédito para produtores e consumidores do lado real da economia.

A combinação destes dois instrumentos configura o que é chamado de uma política monetária mais frouxa, pois o Fed estava aumentando a oferta de dólares na economia. Como a oferta de dólares aumentava, seu valor frente a outras moedas, como o real, diminuía; o dólar ficava mais depreciado e as demais moedas ficavam mais apreciadas. Por isso, os últimos anos ficaram conhecidos como o período do dólar fraco.

Este anúncio fez com que os mercados imediatamente reavaliassem suas estratégias de investimentos, diminuindo seu interesse por ativos associados aos mercados emergentes, como *commodities* agrícolas e minerais, títulos públicos e moedas de países emergentes. Foi esse processo que causou a forte depreciação do real no meio do ano, atingindo o pico de R$ 2,45/US$, no final de agosto.

Embora ainda haja dúvida a respeito de quando exatamente o Fed irá iniciar o aperto da sua política monetária, uma coisa é certa: cedo ou tarde, a política de injeção de dólares nas instituições financeiras terá seu fim e a taxa de juros iniciará um ciclo de alta. Há analistas que acreditam que a política de injeção de liquidez será encerrada ao longo do segundo semestre de 2014, enquanto o aumento da taxa de juros ficará para 2015.

Independentemente de quando esses instrumentos realmente deixarão de operar, o fato é que o mercado já está precificando o novo cenário. Já é possível observar uma reversão do fluxo de capitais, saindo dos mercados emergentes e dos ativos associados a eles e indo buscar uma relação retorno/risco mais interessante nos mercados dos países centrais. Infelizmente, o Brasil parece ainda não estar pronto para lidar com esse mundo sem a política do dólar barato.

Estamos prontos para o fim da política do dólar barato?

O Brasil não está pronto para lidar com o fim da política do dólar barato porque o desenho atual da política macroeconômica brasileira foi feito para operar em um ambiente com abundância de dólar no mercado internacional. Todavia, esse cenário está mudando, e a reversão dos fluxos de capital está acontecendo em um

momento desfavorável para o Brasil, afinal temos registrado:

• Déficit na balança comercial: a balança comercial – saldo entre as exportações e as importações – está no vermelho; até setembro, o déficit acumulado no ano foi de US$ 1,6 bilhão. Este saldo negativo é resultado (i) da expansão das importações, com especial destaque para as compras de combustível; e (ii) do menor valor das nossas exportações, devido à queda nos preços das *commodities* agrícolas e, principalmente, minerais.

• Déficit de transações correntes: como a balança comercial está deficitária e o Brasil é estruturalmente deficitário na balança de serviços, já acumulamos um déficit de transações correntes superior a US$ 60 bilhões.

• Dependência do capital financeiro: com tamanho déficit, o Brasil tem recorrido cada vez mais aos capitais financeiros para fechar o balanço de pagamentos. Até setembro, a conta capital e financeira acumulou um superávit de quase US$ 64 bilhões, compensando os números negativos da conta de transações correntes. Desconsiderando equívocos contábeis, é importante notar que dois terços deste saldo são provenientes de recursos que entraram sob a forma de investimento produtivo (investimento direto) e que o terço restante é investimento especulativo (investimento em carteira).

É exatamente nesse ponto que fica mais evidente nossa fragilidade diante de uma mudança no fluxo dos capitais. Como estamos dependendo da atração de capitais especulativos para fechar nosso balanço de pagamentos, um movimento de saída destes recursos pode deixar o Brasil em uma situação delicada. Esta saída pode ser mais intensa porque, além do fim da política do dólar barato, a credibilidade da política econômica brasileira tem passado por um processo de deterioração junto aos agentes no mercado internacional, devido ao:

• Baixo crescimento do PIB;

• Inflação persistentemente aquecida; e

• Expansão dos gastos públicos acima do crescimento do PIB e divulgação distorcida destes números.

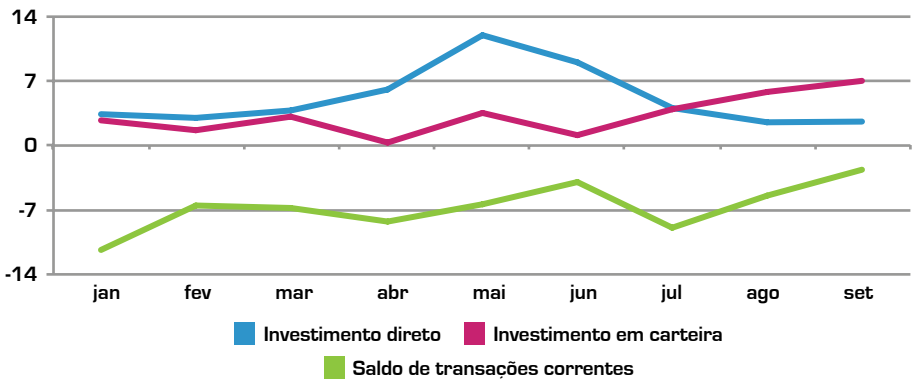
A combinação destes fatores levou algumas agências de risco, como a Standard & Poor's e a Moody's, a considerarem a possibilidade de um *downgrade* na avaliação dos títulos da dívida pública brasileira. Se esta "ameaça" se concretizar, a saída de capitais do Brasil será ainda mais intensa, afinal, justamente quando os papéis norte-americanos sinalizam que poderão dar maior retorno, os nossos papéis estarão associados a um risco maior.

É o agronegócio que poderá dar maior estabilidade a esse período de transição

Diante desse novo cenário, o agronegócio deverá ser uma espécie de colchão de segurança. As exportações do setor agro serão a principal fonte para impulsionar a entrada de divisas e equilibrar o balanço de pagamentos. Outros canais que atraíram muitos dólares em outros momentos, como as exportações de minérios e de manufaturas para os demais países da América Latina, não apresentarão desempenho favorável.

Com isso, o saldo da balança comercial do agronegócio deverá ser a principal fonte de entrada de divisas no Brasil. Felizmente, para ajudar os exportadores, o dólar deve seguir sua tendência de depreciação e operar, em 2014, em um novo patamar de equilíbrio. Não devemos ficar surpresos se este novo patamar for algo acima de R$ 2,50. ■

Evolução das principais contas do balanço de pagamentos brasileiro em 2013 (US$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil



STOCK.XCHNG

*Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do GV Agro (felippeserigati@gmail.com)

Mercado de terras

Balanço nos principais estados agrícolas

Gustavo Aguiar[1]
Alex Lopes[2]
Rafael Ribeiro[3]
Alcides Torres[4]

O BRASIL está no topo da lista de prioridades do investidor do agronegócio. Nem mesmo as dificuldades impostas à produção agropecuária pela talvez mais rígida lei ambiental do mundo, nem as restrições à compra de áreas por estrangeiros esfriaram os negócios. Os bons preços dos grãos e da cana-de-açúcar ditaram o ritmo do mercado de 2013.

Nas regiões Sudeste e Sul, estão as terras mais caras. São áreas consolidadas com agricultura, onde a infraestrutura é normalmente melhor e a disponibilidade de áreas, menor. Além disso, terras para a cana-de-açúcar em São Paulo e para a uva no Rio Grande do Sul têm preços elevados. O Centro-Oeste mescla áreas de alto valor – como na região de Dourados e Chapadão do Sul, no Mato Grosso do Sul, e Rio Verde, em Goiás – e de baixo valor – como as pertencentes ao Pantanal, cujos valores, comumente, situam-se entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00 por hectare. Por fim, tem-se as regiões Norte e Nordeste, que englobam estados considerados "novos" e promissores no que diz respeito ao agronegócio, tais como Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MAPITOBA), com grande potencial de valorização, a despertar interesse dos investidores.

Abordamos os preços de terras agrícolas em regiões de destaque dos principais estados produtores de cada região geográfica, levantados em pesquisa realizada pela Scot Consultoria em agosto de 2013, junto a agentes-chave das regiões brasileiras aqui descritas.

Preço das terras agrícolas nas regiões (R$/ha)

Local	Preço médio	Preço máximo
Região Nordeste		
Extremo oeste baiano	6.600,00	16.000,00
Sul maranhense	4.800,00	8.000,00
Sul piauiense	5.800,00	8.000,00
Região Sudeste		
Ribeirão Preto-SP	27.300,00	41.300,00
Triângulo Mineiro-MG	21.800,00	26.000,00
Região Centro-Oeste		
Sul de Goiás	15.600,00	26.000,00
Dourados-MS	18.000,00	25.800,00
Central do Mato Grosso	12.400,00	20.000,00
Região Sul		
Noroeste do Rio Grande do Sul	26.900,00	60.000,00
Oeste do Paraná	31.700,00	42.100,00
Nordeste do Rio Grande do Sul	26.400,00	40.000,00
Região Norte		
Vilhena-RO	6.600,00	12.000,00
Rio Formoso-TO	6.100,00	10.300,00

Fonte: Scot Consultoria

Nordeste

O oeste da Bahia reúne uma das melhores condições para agricultura no País e está em forte desenvolvimento. A região possui 1,5 milhão de hectares de terras planas, que permitem mecanização. A precipitação, em alguns municípios, chega a 1,5 mil milímetros anuais.

No Cerrado, a topografia plana favorece a intensificação das lavouras. Aí predominam grandes culturas, como a soja, o milho, o café e o algodão. É a principal região agrícola da Bahia. O preço médio da terra no oeste baiano é de R$ 6.600,00 por hectare, mas foram encontrados valores de até R$ 16.000,00 por hectare.

É importante lembrar que particularidades, como benfeitorias, sistemas de irrigação, disponibilidade hídrica, proximidade de indústrias transformadoras, condições para o desenvolvimento das lavouras, solo e outras variáveis, interferem no valor da fazenda. Isso se aplica a qualquer região do País.

PROGRAMA

MUITO MAIS CAFÉ

Infinitas possibilidades para aumentar seus lucros.

TUGARÉ | CDM São Paulo



Muito mais café. A melhor solução para você cafeicultor, safra após safra.

PRODUTOS
AS MELHORES SOLUÇÕES PARA GARANTIR A SANIDADE DA SUA LAVOURA

SERVIÇOS
CONSULTORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA

FERRAMENTAS COMERCIAIS
OS MELHORES NEGÓCIOS PARA O CAFEICULTOR, COM MUITO MAIS VANTAGENS

SUSTENTABILIDADE
PORTFÓLIO DE PRODUTOS HABILITADOS PARA AS PRINCIPAIS CERTIFICAÇÕES

Ser parceiro do cafeicultor é poder oferecer uma solução Muito Mais Completa e com Muito Mais Vantagens. Do Plantio à comercialização, conte com o programa Muito Mais Café da Bayer, uma empresa com mais de 150 anos de paixão por inovação

www.bayercropscience.com.br | 0800 011 5560

BAYER

150 Anos
Se é Bayer, é bom

No Maranhão, os maiores preços são encontrados ao sul do estado, na região de Gerais de Balsas – composta pelos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Feira Nova do Maranhão, Riachão e Tasso Fragoso –, uma das principais regiões produtoras de soja do Nordeste. Há fazendas sendo negociadas por R$ 8,0 mil/ha.

Sudeste

A cana-de-açúcar é a cultura agrícola predominante. São Paulo e Minas Gerais são os dois maiores produtores do Brasil, nesta ordem. O hectare paulista é o mais caro da região Sudeste. A atividade canavieira ajudou no processo de valorização nos últimos anos, principalmente no nordeste do estado, onde os maiores preços estão na região administrativa de Ribeirão Preto (Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapará, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral e Ribeirão Preto), onde se concentram as usinas de açúcar e álcool.

Terras com canaviais formados chegam a ser negociadas por valores próximos de R$ 40,0 mil/ha. Outro fator altista é a concorrência com as indústrias sucroalcooleiras, que detêm grandes extensões de terras para garantir parte do seu abastecimento. Seguindo o cinturão da cana-de-açúcar, o Triângulo Mineiro, região também de grande importância para a indústria canavieira, tem os maiores preços de Minas Gerais. Nesta região, além dos canaviais, há a produção de grãos, principalmente milho.

Centro-Oeste

Os estados do Centro-Oeste possuem grande parte de sua economia ligada ao agronegócio. É um dos mais importantes polos agrícolas do País. Os maiores rebanhos bovinos, a maior produção de grãos e os principais estados confinadores de bovinos estão no Centro-Oeste.

Em Goiás e Mato Grosso do Sul, estão as terras mais caras da região, cujos preços são semelhantes. Apesar da forte vocação pecuária dos fazendeiros sul-mato-grossenses, estas áreas mais caras são ocupadas há tempos pelo cultivo de grãos.

Já, no Mato Grosso, maior produtor de grãos do País, é justamente ao redor das áreas de produção de soja que estão as terras agrícolas mais caras. Municípios de referência são: Pedra Preta, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Paranatinga, Campo Verde e Primavera do Leste.

Apesar da grande representatividade na produção agrícola, parte do território do estado pertence ao bioma amazônico; sendo assim, as restrições impostas pela legislação ambiental limitam maiores valorizações.

Sul

No Sul do País, estão as terras mais caras do Brasil. São áreas consolidadas há mais tempo com agricultura. No Paraná, estão os maiores índices de produtividade de milho. As lavouras são altamente tecnificadas. O Rio Grande do Sul, além de possuir algumas lavouras adaptadas às características climáticas estaduais, como a uva, é o terceiro maior produtor de soja do País.

As terras catarinenses são as mais caras. Porém, o que precifica grande parte do estado é a especulação imobiliária. Ao redor de Joinville, Florianópolis e Itajaí, o hectare chega a ser negociado entre R$ 60,0 mil e R$ 70,0 mil.

As grandes lavouras concentram-se no Paraná. No oeste paranaense, onde o relevo é plano e o solo possui alta fertilidade natural, nos municípios de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, o hectare chega a ser negociado por R$ 42,0 mil. O preço médio é de R$ 31,7 mil.

Em nenhuma outra importante região produtora do grão no Brasil, o milho é produzido em terras de valores tão elevados. O preço praticamente iguala-se aos de São Paulo. Essa característica exige altas produtividades para melhorar o ganho em escala e viabilizar a atividade.

Maior produtor de uva do País, o Rio Grande do Sul possui terras com preços superiores aos das principais regiões paranaenses de grãos. Áreas de viticultura encontram-se ao redor de Caxias do Sul e, principalmente, Bento Gonçalves, no nordeste do estado. As características particulares de clima da região conferem essa distinção e favorecem a produção de bebidas finas, o que eleva os preços do hectare.

Ainda no Rio Grande do Sul, na mesorregião do Noroeste, há áreas valorizadas nos municípios de Passo Fundo, Erechim, Palmeira das Missões e Carazinho, entre outras, onde se concentra a região de maior produtividade de soja do estado.

Norte

Na região Norte, as terras são as mais baratas do Brasil. A agricultura, quando ocorre, está em processo de consolidação, e há dificuldades, como as péssimas condições das estradas, as rigorosas exigências ambientais e a distância dos grandes centros consumidores. Apesar disso, Pará e Tocantins estão entre os estados mais procurados pelos investidores, justamente devido aos preços atraentes, comparados aos do Centro-Sul. A pecuária é a atividade predominante em praticamente toda região. Apesar disso, a agricultura ocupa as terras de maior valor e impulsiona a alta de preços.

Em Tocantins, a mesorregião de Rio Formoso possui os maiores preços, com cotações máximas próximas de R$ 10.000,00 por hectare. Rondônia é outro estado de vocação pecuária cujas áreas de produção de grãos destacam-se pelos preços elevados. No município de Vilhena, maior produtor de soja do estado, além de Chupinguaia, Colorado, Cerejeiras, Corumbiara e Colorado do Oeste, o valor por hectare chega a R$ 12.000,00.

O Brasil é uma das poucas nações do mundo que permite a exploração "industrial" de suas terras agrícolas, o que torna o campo tão interessante para investidores. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (alex@scotconsultoria.com.br)
3 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
4 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

Suíno

Crescimento da produção na Argentina

Bivanilda Almeida Tapias*

IMPULSIONADA POR um aumento sustentado do consumo interno, a produção de carne suína na Argentina tem crescido substancialmente desde 2010; somente em 2012, cresceu 11,9% em relação a 2011. A previsão é de que, em 2014, a quantidade de suínos nas granjas atinja algo em torno de 4,7 milhões de animais.

Dados da associação argentina dos produtores de suínos indicam que, comparado com as 400.000 toneladas produzidas em 2012, neste ano, o piso superará as 460.000 toneladas, o que significa um aumento de pelo menos 15%, em linha com o desenvolvimento do setor no último período. Somente nos primeiros sete meses de 2013, a produção de carne suína argentina aumentou 22,3%, totalizando 230 mil toneladas.

Alguns analistas dizem que, nos próximos dois anos, a Argentina tende a alcançar o autoabastecimento, devido ao crescimento da produção nacional e, também, à política oficial de substituição de importações. Desde que o país adotou, em 2012, o novo sistema de autorização de importação, o acesso ao mercado argentino vem sendo fortemente controlado. Em 2011, a Argentina importou 54.973 toneladas; 30.604, em 2012; e não chegará a 20 mil em 2013.



STOCK.XCHNG

O consumo interno, no ano passado, chegou a 10 quilos por habitante e, em 2013, ultrapassará os 12 quilos, com a expectativa de atingir 12,5 ou 13,0 quilos *per capita*. Deste consumo, 2,5 quilos correspondem a embutidos e o restante, a todos os outros produtos de carne fresca, que é a categoria que mais cresce nos últimos anos, gerando ao setor a expectativa de manter o nível de investimento.

Os argentinos consomem cerca de 60 kg/pessoa/ano de carne bovina, seguida de frango, com 39 kg/pessoa/ano, e, apenas em terceiro lugar, está a carne de porco, embora tenha potencial de crescimento.

Juntamente ao aumento do consumo, foi observado, nos últimos anos, uma mudança em torno de preconceitos antigos sobre a carne de porco e de uma melhor compreensão das suas vantagens a partir da diminuição da gordura destes animais, o que pode ser obtido com melhorias introduzidas na alimentação. Isso faz com que a carne de porco seja recomendada para pessoas que deveriam comer carnes magras, além de ser um alimento de baixo teor de sódio (adequado para aqueles que sofrem de hipertensão), rico em ferro, zinco, fósforo, potássio e vitamina B.

Atualmente, 35% da produção de suínos na Argentina estão concentrados em grandes fazendas, que podem ter até 6.000 matrizes em confinamento, em um ambiente controlado no que diz respeito à temperatura, ventilação e umidade.

O restante do produto é acabado em campo ou sistemas mistos, onde algumas das fases são em confinamento, com uma tecnologia incorporada para explorações que é semelhante à do resto do mundo. Apesar do elevado investimento inicial necessário, estimado entre US$ 6.000 e US$ 7.000 por matriz em sistemas confinados, a vantagem desta produção, no que diz respeito à criação de outros animais, é que o porco só precisa de seis meses desde o nascimento, com 1,5 quilos, até alcançar o peso de abate, que se situa entre 110 e 115 quilos.

Notadamente, a produção de carne suína na Argentina está sendo dirigida exclusivamente para o mercado local, em que taxas de dois dígitos de crescimento do consumo anualmente não deixam espaço para as exportações. Os produtores estão muito interessados no mercado local, dado que os impostos sobre exportação comprometem a receita que poderia ser obtida com o direcionamento da produção ao mercado externo. Adicionalmente, nos últimos vinte meses, desde dezembro de 2011, o preço de balcão de carne de porco subiu apenas 1,2%, o que se reflete na escolha do consumidor quando se compara com outras carnes.

A estabilidade de preços é atribuída à oferta constante de carne no país. Após o lançamento do programa "Carne suína para todos" – uma iniciativa conjunta do setor privado e de cooperativas suínas que contou com apoio governamental para melhorar as condições de financiamento da produção suína –, observou-se um importante estímulo ao crescimento do setor que elevou sua eficiência e competitividade. ■

Este artigo reflete a opinião da autora, e não da instituição que representa.

*Adida agrícola do Brasil em Buenos Aires

Pecuária de corte sustentável

Um bom negócio

Roberto Risolia*

VÁRIOS DESAFIOS estão colocados à cadeia produtiva da pecuária. Passamos por mudanças no cenário produtivo. A imagem de que a sua produção significa a prática de desmatamento e passivos ambientais precisa e está sendo modificada. Assim, cresce a responsabilidade de aumentar a produtividade, sempre visando e assegurando a proteção ambiental. E o papel da pecuária é fundamental, diante do fato de ter um potencial produtivo ainda longe de ser alcançado.

Um próximo passo importante é consolidar, para o pecuarista, o conceito de que uma maior produtividade de carne ou leite por hectare pode ser rentável. Com a melhoria dos sistemas de produção, vários exemplos têm sido dados no intuito de demonstrar, na prática, a capacidade da tecnologia e do conhecimento em transformar a pecuária.

Um dos ensinamentos já consolidados e que deixará um legado é o fato de que a informação e a assistência técnica continuada são pontes importantes para atravessar a barreira da baixa adoçao tecnológica que existe em algumas regiões. E isso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, que, treinadas e valorizadas, sentem-se mais motivadas a se fixar no campo e continuar contribuindo para que o negócio seja próspero. E, paralelamente a tudo isso, ainda consegue-se trabalhar uma carne de melhor qualidade.

Diversas novas iniciativas de pecuária sustentável vêm sendo realizadas, com foco na melhoria de negócio para o pecuarista. Essa transformação, na maioria dos casos, passa pelo bom diagnóstico e adoção de tecnologias para aumento da produtividade. A melhoria das pastagens, base da produção bovina, é o ponto-chave. Com muito empenho do Governo, há uma meta de recuperaçao de 15 milhões de hectares de pastagens no Brasil. Com tecnologia e conhecimento disponíveis, fruto dos investimentos feitos há anos pelas diversas instituições de pesquisa e empresas, novos conceitos ainda virão, como a boa introdução da integração lavoura-pecuária e novas cultivares de gramíneas.

O acesso a financiamento será outra grande estratégia para destravar a implementação tecnológica, pois é fato que muitos investimenntos essenciais são de retorno a longo prazo. As instituições financeiras possuem ferramentas, e os produtores devem acessar os recursos com menos dificuldades burocráticas.

Todo sucesso passa pela gestão e visão estratégica e holística da produção, com trabalho conjunto e apoio técnico das instituições de pesquisa e extensão rural, federações, sindicatos e associações de produtores, bancos, assim como de empresas que desenvolvam e implementem tecnologia e conhecimento ao produtor. O pecuarista é um homem de negócio; apoiá-lo e encorajá-lo a melhorias no sistema produtivo é papel de todos que fazemos parte do mercado. E isso se faz mostrando que pecuária sustentável é um bom negócio. ■

Case pioneiro

Similar a tantos outros municípios fundados na época da construção da Rodovia Belém-Brasília, no final da década de 1950, Paragominas, no estado do Pará, passou por uma mudança radical. De campeã do desmatamento, a cidade desenvolveu um novo modelo de pecuária para a Amazônia. Foi uma reação contra as pressões do mercado, com boicotes aos produtos de fazendas irregulares e a exigência, pelos agentes financeiros, de certificação e rastreamento do gado.

A necessidade de mudança culminou com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal do Pará, em que frigoríficos e produtores comprometeram-se a cumprir as leis socioambientais. Com o trabalho, o município foi o primeiro excluído da lista dos maiores devastadores de florestas, criada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007.

Nesse processo de avanço, nasceu o projeto Pecuária Verde, uma parceria entre o Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas, a organização não governamental The Nature Conservancy (TNC), a Dow AgroSciences e o Fundo Vale. O seu objetivo é estabelecer as bases técnicas de uma economia com maior produtividade, menor impacto ambiental e que seja reaplicável em outras regiões. Alguns pecuaristas fizeram de suas propriedades um verdadeiro laboratório de produção intensiva e adequação ambiental. Em produtividade, alcançou-se 20,86 arrobas/hectare/ano, enquanto a média do Brasil mal chega a 5,00 arrobas/hectare/ano. O objetivo geral é alcançar possíveis 33,00 arrobas.

*Lider de Sustentabilidade e Desenvolvimento de Negócios de Pastagens da Dow AgroSciences

Indústria de laticínios

Eficiência energética é a chave da competitividade

Bruno Rogora Kawano[1]
Giana de Vargas Mores[2]
Roberto Fray da Silva[3]
Carlos Eduardo Cugnasca[4]

O BRASIL é o sexto maior produtor de leite, com cerca de 5% de participação no mercado mundial, atingindo, em 2012, a produção de 32,9 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). O setor de laticínios, que, no Brasil, pertence à indústria de alimentos e bebidas, tem alcançado níveis de crescimento acelerado e acima da média em relação a outros setores da indústria. Um dos motivos deste crescimento é que, desde o final dos anos 90, o setor tem se adaptado às mudanças decorrentes da maior abertura comercial. Muitas empresas multinacionais estabeleceram-se no País com o intuito de ampliar seus mercados, sendo que, até então, o Brasil possuía empresas que, em sua maioria, apresentavam baixa capacidade de competição. Dessa forma, muitas empresas nacionais do setor acabaram encerrando suas atividades.

Todavia, a partir de então, o setor de laticínios brasileiro passou por uma reestruturação, permanecendo no mercado apenas as empresas competitivas. Para se manterem competitivos, muitos tomadores de decisão deste setor têm adotado práticas de eficiência energética, visando a redução dos custos de produção, sendo que muitos aderiram a programas de sustentabilidade da produção industrial, dado que estas medidas auxiliam as empresas a utilizar menos recursos energéticos.

Para que o Brasil se torne um *player* mundial na produção de leite, outro entrave a ser superado é em relação às baixas produtividades industriais associadas às empresas processadoras de leite, principalmente as de pequeno e médio porte. Dessa forma, analisar de forma aprofundada os gargalos do setor industrial do leite pode ser uma das alternativas para que o País supere esse cenário negativo. Assim sendo, um dos principais desafios da agroindústria do leite é a redução de custos, principalmente no que tange à otimização do sistema energético e medidas de eficiência energética industrial.

No Brasil, as entidades e programas que estão ligados ao Ministério de Minas e Energia e que são responsáveis pela difusão e fomento da eficiência energética, dentre outras atribuições, são:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET);
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel);
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL);
- Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE);
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e
- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Segundo a pesquisa sobre uso racional de energia de Luiz Augusto Nogueira, professor do Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá, os principais desafios a ser alcançados para implementação de projetos de eficiência energética no Brasil são:

- Tecnologia: mesmo sendo conhecidas várias tecnologias que tornam processos mais eficientes, diversas delas ainda não estão disponíveis no mercado nacional;
- Custo inicial: há dificuldades de se implementar alguns projetos nessa área, devido à necessidade de adquirir equipamentos mais onerosos do que os convencionais;
- Cultura: falta uma maior consciência de que investir em eficiência energética é algo vantajoso, principalmente em pequenas e médias empresas; e

Potencial de conservação de eletricidade em setores industriais por ano

Item (unidade)	Valor	Setores
Força motriz	23.640	Alimentos e bebidas, siderurgia, mineral
Refrigeração	540	Alimentos e bebidas, têxtil, químico
Fornos elétricos	4.310	Siderurgia, minerais não ferrosos
Eletrólise	2.230	Metais ferrosos, papel e celulose
Iluminação	700	Alimentos e bebidas, têxtil, extrativo
Outros usos	30	Extrativo mineral

Fonte: Elaboração pelos autores, com base em EPE (2009)

• Financiamento: há dificuldades no acesso a condições de financiamento favoráveis às empresas.

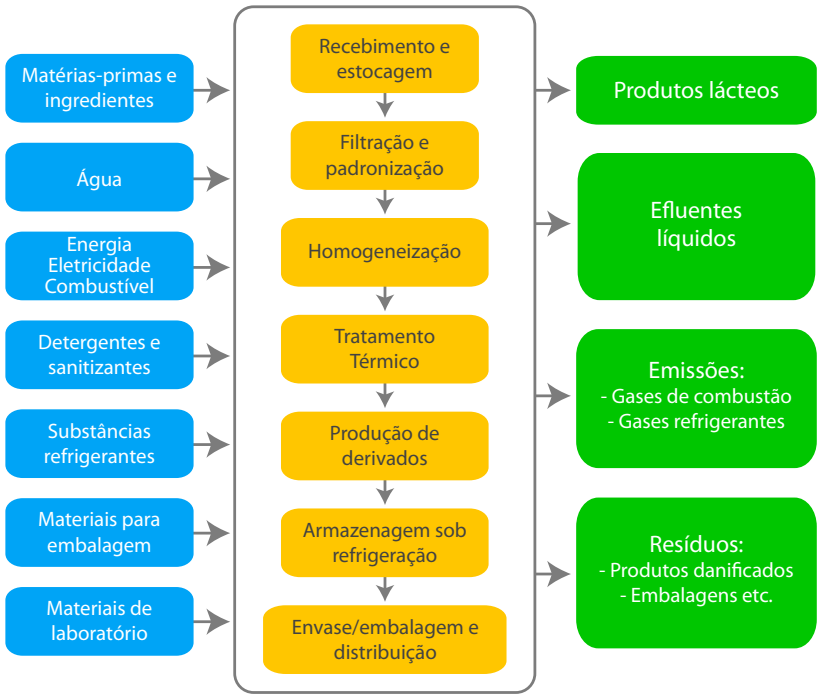
Como a maioria dos consumidores do segmento industrial, a maior parcela da energia elétrica consumida nas indústrias do setor de laticínios é utilizada para o acionamento de motores elétricos de indução, chegando a representar 89% do consumo global do setor. De toda a energia elétrica consumida pelos motores, uma parcela considerável é perdida nos sistemas de transmissão de movimento (redutores, polias e correias) e, principalmente, no processo de conversão eletromecânica da energia. Dessa forma, justifica-se estudos e análises de eficiência energética em laticínios nas áreas que dizem respeito à economia de energia elétrica, principalmente nos setores de refrigeração, que incluem o consumo de energia de motores elétricos.

Segundo o levantamento realizado pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) em 2008, há um grande potencial para o uso racional da energia elétrica na indústria de leite. Em função da capacidade de produção, a participação do sistema de refrigeração chega a 35% do consumo global de energia elétrica neste ramo industrial, necessitando, assim, de cuidados especiais no projeto, na instalação e na manutenção dos conjuntos frigoríficos, visando a economia de energia elétrica.

O setor de alimentos e bebidas, no qual está inserida a indústria de laticínios, está presente na maioria dos usos de energia que podem ter iniciativas com potencial de economia de energia elétrica. Nesses casos, uma das ferramentas de eficiência energética é a auditoria energética, que trata do levantamento de potenciais atividades em uma indústria com potencial para a economia de energia, respeitando metodologias específicas de análise.

O diagrama a seguir apresenta as entradas de insumos no processo de transformação da matéria-prima da indústria de laticínios. Dentre estes insumos, destacam-se os produtos potenciais, nos quais a eficiência energética pode atuar na reutilização ou reuso da água e na economia de energia e

Diagrama de insumos, processos e produtos na indústria de laticínios



Fonte: Elaboração pelos autores, com base em CETESB (2006)

combustível, seja eletricidade ou combustível líquido. Além disso, cada um dos processos de transformação, desde o recebimento e estocagem das matérias-primas até o envase, embalagem e distribuição, pode ser objeto de estudo de medidas e planos de eficiência energética, principalmente em processos nos quais a eletricidade é muito utilizada, como o tratamento térmico e a armazenagem sob refrigeração.

Por fim, este diagrama indica como saídas desse processo os produtos lácteos e efluentes líquidos, sendo que, em algumas indústrias, há a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), para que os resíduos sejam devidamente tratados. Nas ETEs, há também a atuação de planos de auditorias energéticas, pelo fato de que são intensivas na utilização de energia elétrica. Outras saídas de resíduos são as emissões de gases de combustão e refrigerantes e resíduos (como embalagens e produtos danificados).

Portanto, verifica-se que a indústria brasileira de laticínios possui grande potencial de aplicação de práticas de eficiência energética. Entretanto, é necessário que haja uma maior conscientização pelas empresas do setor sobre a importância de iniciativas como essas, a fim de se tornarem cada vez mais competitivas. Soluções já podem ser observadas em algumas indústrias de laticínios no Brasil, como, por exemplo, a utilização de biomassa renovável, madeira proveniente de reflorestamento, como o pínus e o eucalipto. Estes produtos abastecem as caldeiras e fornecem vapor para a indústria, contribuindo, para a economia de custos, com combustíveis, o que faz com que tais empresas recebam o *status* de estarem alinhadas a políticas sustentáveis. ■

1 Engenheiro agrônomo pela USP, mestre em Planejamento Energético pela UNICAMP e diretor de Pesquisa do IPAGRI (brkawano@gmail.com)
2 Economista pela UPF, mestre em Agronegócios pela UFRGS, professora titular da Unochapecó e diretora financeira do IPAGRI (gimores@gmail.com)
3 Engenheiro agrônomo pela USP, mestrando em Engenharia de Sistemas Logísticos pela USP e diretor presidente do IPAGRI (roberto.fray.silva@gmail.com)
4 Engenheiro eletricista pela USP, doutor em Engenharia Elétrica pela USP e professor associado também da USP (cecugnas@usp.br)

Agribusiness brasileiro

A integração das cadeias produtivas

Marcos Antônio Matos*

O TERMO '*agribusiness*' foi definido pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg na Universidade de Harvard, nos EUA, em 1957. O conceito envolve desde a pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços até a comercialização de alimentos, fibras e energia da biomassa chegar ao consumidor no âmbito mundial. Isso significa muitas e complexas cadeias produtivas.

Na vanguarda dos processos produtivos, surgem novos padrões na demanda alimentar, como os funcionais, nutracêuticos e orgânicos, dentre outros, que acentuam a dinâmica das empresas que se organizam em torno dos elos no sistema de suprimento de alimentos no mundo.



De acordo com a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), o mundo possui desafios em relação à produção de alimentos e de energia devido ao incremento da renda e da taxa de urbanização e crescimento populacional. Tais variáveis resultam no aumento da demanda por estes bens, especialmente nos países em desenvolvimento. Para que todos tenham acesso aos alimentos, a oferta mundial precisará aumentar em 70% até 2050. Diante disso, a demanda global por grãos e óleos vegetais destinados à alimentação humana e animal e à produção de energia deverá ser elevada em 1,52 bilhão de toneladas, o que leva a concluir que o mundo precisará produzir mais grãos e óleos vegetais neste período do que se produziu nos últimos 10 mil anos.

Nesse contexto, o Brasil é reconhecidamente uma potência na produção de grãos, fibras, carnes e biocombustíveis e na geração e difusão de conhecimento e tecnologia do setor. A competitividade do agronegócio nacional é revelada por meio da tecnologia empregada no campo, da eficiência da produção corporativa, da organização de pequenos e médios produtores em cooperativas e associações, do sistema de crédito rural oficial e da presença de empresas nacionais e globais de grande porte.

Importância do agronegócio no Brasil

O *agribusiness* possui fundamental importância na economia brasileira, devido à participação no PIB e na balança comercial e aos empregos gerados. O agronegócio apresentou significativa evolução entre 2000 e 2010, sendo responsável por 22,2% da geração de riquezas do País, o que representou um montante de R$ 917,65 bilhões (Cepea, 2012).

O Brasil é um dos grandes exportadores globais de *commodities* agrícolas, como a soja, milho, café, laranja, açúcar, além das carnes. A balança comercial do agronegócio teve superávit de US$ 78 bilhões nos oito primeiros meses de 2013, valor 9,5% acima dos US$ 71,25 bilhões registrados em igual período do ano passado.

No Plano Safra da agricultura e pecuária de 2013/14, foram previstos R$ 136,00 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, com uma produção esperada de 190,00 milhões de toneladas de grãos, fibras e oleaginosas. Na safra 2002/03, o montante disponível atingia R$ 20 bilhões, com uma produção de 96,70 milhões de toneladas.

Para a agricultura familiar, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o aporte total de recursos na safra 2013/14 é de R$ 21 bilhões, frente aos R$ 4 bilhões aplicados em 2002/03. São beneficiadas 4,3 milhões de unidades produtivas, responsáveis por um terço do PIB agropecuário, com 74% da mão de obra no campo.

Somado a isso, a partir de 2005, efetivamente foram inseridos os selos sociais,

trazendo benefícios tributários para as empresas que adquirissem produtos da agricultura familiar. Só o programa de biodiesel, por exemplo, apresenta o montante de 3 bilhões de litros por ano, com as aquisições totais de oleaginosas da agricultura familiar que superam R$ 1 bilhão, por meio da estruturação das cadeias de valor e a inclusão social de mais de 100 mil famílias.

Destaca-se, ainda, a Lei Federal 11.947, que trata da aquisição de produtos para a alimentação escolar. Pela Lei, pelo menos 30% dos produtos adquiridos para alimentar os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem vir da agricultura familiar, das suas associações e cooperativas. Dessa forma, criou-se mais um mercado de incentivo aos agricultores familiares.

Ao mesmo tempo, assiste-se ao processo de internacionalização das empresas. A integração nas cadeias de valor e a dinâmica da indústria de alimentos no Brasil acompanharam o processo global de concentração, frente aos aportes em infraestrutura e o acesso aos canais de distribuição no âmbito global.

A indústria de alimentos é o berço da industrialização brasileira e de parte expressiva do empresariado nacional de grande porte. Boa parte do fluxo de investimento estrangeiro direto tem assumido dimensões consideráveis no contexto econômico, com relevantes consequências para a estrutura empresarial do País. Atualmente, o setor fatura R$ 431,9 bilhões, com 1,63 milhão de postos de trabalho. As maiores empresas globais que atuam no setor de alimentos no Brasil (gordura vegetal, biscoitos, bebidas, dentre outros) representam parte significativa do mercado.

As principais *trading companies* (Cargill, Bunge, ADM, LDC, por exemplo) possuem uma ampla estrutura de ativos em território nacional e estão inseridas na exportação de grãos e fibras, logística intermodal, industrialização de alimentos (óleos e margarinas), produção de açúcar e energia, bem como operações com insumos.

A concentração de empresas é também extrapolada para vários setores da indústria química, pois se incluem os agroquímicos nos processos produtivos. As empresas que desenvolvem novas moléculas são, principalmente, europeias, dos EUA e Japão. Há, ainda, o crescente setor de Biotecnologia animal e vegetal, muitas vezes associado com a indústria química (agroquímicos).

Muitos dos países que concorrem com o Brasil no cenário global das *commodities* agrícolas possuem grupos que investiram maciçamente no país, com o processo de fusão de empresas, pesquisa aplicada à tecnologia de ponta e desenvolvimento de variedades/cultivares adaptadas, mais produtivas e com eventos bióticos e abióticos de resistência.

Eliminando gargalos e elevando a competitividade

É evidente que os desafios do *agribusiness* no cenário nacional estão associados, há décadas, à falta de infraestrutura, em especial logística, diante dos modais de transportes pouco eficientes, dos portos sem competitividade, do sistema tributário, em especial o ICMS interestadual confuso e impactante, bem como da carência de unidades de recepção, secagem e armazéns.

É algo histórico, que deve ser encarado com responsabilidade. Há pontos positivos na Medida Provisória dos Portos, aprovada em junho último, que estabelece um novo marco regulatório para o setor. Somado a isso, o Governo também atua na viabilização, por meio da disponibilização de crédito, para implantação de novas unidades de recepção, secagem e armazenamento. Para o financiamento de novas estruturas, o prazo é de quinze anos, com três anos de carência e juros de 2,5% a.a.

Replicando o modelo brasileiro

Atualmente, o Brasil passou a ser reconhecido como agente da cooperação no âmbito internacional. É nesse contexto que se iniciam os debates relacionados à política nacional de cooperação a ser adotada no Brasil, bem como as discussões sobre os atuais projetos e escopo de atuação na América Latina e na África.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a área com potencial de uso para agricultura é de 1,39 bilhão de hectares, para atender a demanda mundial por alimentos, fibras e energia. Deste total, a América do Sul e a África, localizadas no *tropical belt* do globo terrestre, possuem 50,0% (695 milhões de hectares) e 44,6% (621 milhões de hectares), respectivamente.

Diante desse cenário, o *agribusiness* nacional apresenta sólida capacidade potencial para a expansão do conhecimento e a replicação de modelos nas políticas de cooperação internacional, considerando-se a experiência na produção de alimentos em condições tropicais, os aspectos de sustentabilidade no âmbito ambiental, social e econômico e as especificidades de cada país. ■



STOCK.XCHNG

*Consultor da FGV Projetos

CADA VEZ + **BOMPRATODOS**

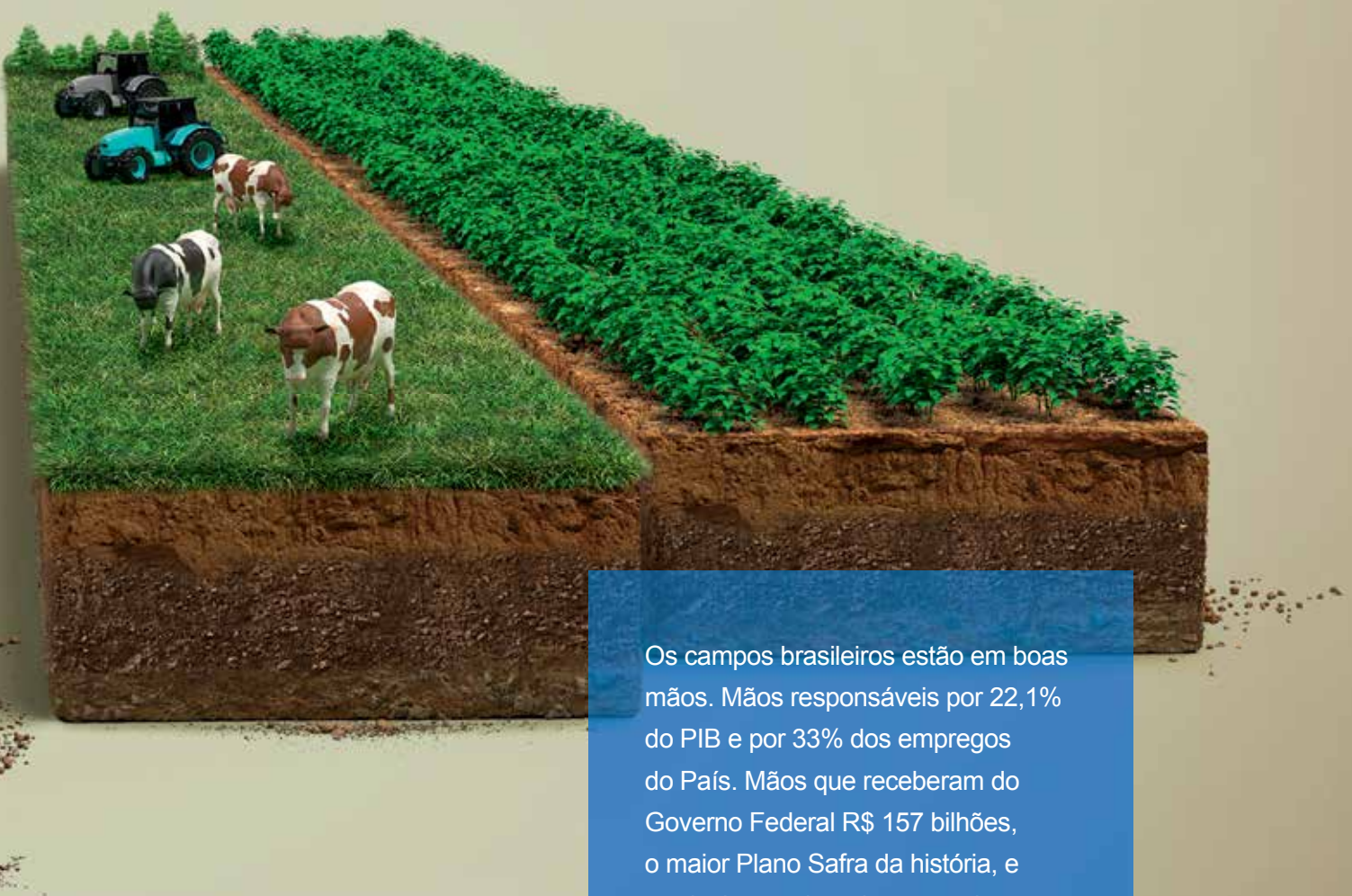


@bancodobrasil **/bancodobrasil** **bb.com.br/agronegocios**

Central de Atendimento BB **4004 0001** ou **0800 729 0001** • SAC **0800 729 0722** • Ouvidoria BB **0800 729 5678** • Deficiente Auditivo ou de Fala **0800 729 0088**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Parceria é isso. Trabalhar para fazer o País inteiro crescer. Obrigado, produtor rural.



Os campos brasileiros estão em boas mãos. Mãos responsáveis por 22,1% do PIB e por 33% dos empregos do País. Mãos que receberam do Governo Federal R$ 157 bilhões, o maior Plano Safra da história, e produziram acima do esperado.
E é por isso que o Banco do Brasil, em nome dos brasileiros, agradece.
Obrigado, produtor rural.



SHUTTERSTOCK

Estado de alerta

Sensatez e entendimento nos momentos de crise

Conselho Nacional do Café

Silas Brasileiro*



A produção de café tem, ao longo dos anos, convivido com crises constantes de preços. Em 2010/11, experimentamos uma breve recuperação, a qual foi interrompida em 2012, quando um novo cenário de queda surgiu e perdura até hoje. Com os preços praticados no mercado apresentando-se de forma que não cobrem sequer os nossos custos de produção, a situação é insustentável.

Na condição de presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), em parceria com a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as demais representações da cafeicultura, buscamos incansavelmente, junto ao governo federal, uma saída. Trata-se de um esforço para encontrarmos os melhores caminhos para a devolução da competitividade, da rentabilidade e, principalmente, da dignidade ao produtor brasileiro.

Sabemos que nem tudo tem saído conforme nossos anseios, mas reconhecemos as medidas adotadas até agora, que, apesar de não terem sido em tempo hábil – seja por atraso na aprovação do Orçamento Geral da União (OGU), seja por tramitações burocráticas e entraves nas tratativas intragovernamentais –, chegaram para tentar sanar a sangria financeiro-econômica dos cafeicultores no Brasil.

Entretanto, o efeito não foi de cura, mas de mitigação. Mantivemos uma postura firme nas negociações com o Governo, para alcançarmos, enfim, uma situação que dê um pouco de tranquilidade para que os produtores planejem o seu futuro, enquanto prosseguiremos na busca de uma solução duradoura.

Também somos sabedores que não adianta cobrar ações governamentais sem fazer o nosso dever de casa. Temos de nos atentar às informações verossímeis e pensar no negócio café. Vamos analisar as conjunturas apresentadas. Precisamos entender que não devemos iniciar novos plantios, mas, sim, renovar o nosso parque cafeeiro; buscar no mercado as ferramentas existentes para comercializar melhor, com preços cobrindo custos.

Enfim, traçar um raio-x da cafeicultura para diagnosticar os locais onde ela se encontra e propor uma solução definitiva para o endividamento, com geração de renda.

Não devemos, em especial, nos deixar levar pela infinidade de propostas surgidas nesses momentos de crise, as quais, infelizmente, possuem conteúdos inaplicáveis, emergentes com o intuito de dizer aquilo que se quer ouvir nos momentos difíceis, mas não o que se precisa ouvir.

Nesse sentido, a Revista ***Agroanalysis*** servirá, pelo oitavo ano consecutivo, de outdoor para trazermos ao conhecimento geral os pontos de vista de todos os elos da cadeia produtiva, as dificuldades enfrentadas nesse período de crise, as propostas para defendermos, a parte atendida e as considerações sobre como obter um futuro melhor e sustentável para a cafeicultura brasileira.

*Deputado federal e presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)

Endividamento e os reflexos no campo

Breno Pereira de Mesquita[1]
Natália Fernandes[2]



A cafeicultura nacional é uma importante atividade econômica, conduzida em propriedades de vários tamanhos, em especial nas de pequeno porte. É uma das principais culturas empregadoras e fixadoras do homem no campo, com impacto ambiental relativamente baixo.

O cultivo de café estabeleceu-se no Brasil desde meados de 1850, quando se tornou a mais importante fonte de receitas e de divisas externas durante muitas décadas. Atualmente, o País destaca-se por ser, ao mesmo tempo, o maior produtor e exportador, além de segundo consumidor, sendo responsável por cerca de 35% da produção e 27% da exportação mundial.

Desde então, a cafeicultura já passou por diversas crises, como a "grande geada de 1918", a quebra da bolsa de Nova York em 1929, a geada de 18 de julho de 1975 e uma forte expansão da oferta do produto em 2001. Agora, diante dos elevados custos de produção e baixos preços de mercado, uma nova crise atinge o setor.

A situação é ainda mais acentuada nas regiões montanhosas, como o sul de Minas Gerais, as matas de Minas, a Alta Mogiana de São Paulo, o sul do Espírito Santo e o norte do Paraná, devido à necessidade de grande contratação de mão de obra para condução da lavoura e da colheita, o que eleva seus custos de produção.



De acordo com dados do Campo Futuro (CNA/UFLA), o Custo Operacional Total (COT) do café Arábica nestas regiões apresentou um aumento de 3,0% entre janeiro e agosto de 2013. Em direção oposta, os preços pagos aos produtores acumularam perdas de 11,8%, prejudicando as margens de lucro.

De forma geral, o ciclo de preços do café dura cerca de dez anos. Dentro deste período, os preços de mercado têm superado o custo de produção somente por, em média, dois anos, quando se toma os anos de 1999 a 2013.

O fato de trabalhar com margens líquidas negativas por longos períodos faz com que o cafeicultor tenha de recorrer a empréstimos e venda de ativos para conseguir manter-se na atividade, acumulando dívidas por décadas.

É claro que os prejuízos podem ser reduzidos quando os preços recuperam-se e geram margens positivas para o negócio. Contudo, a necessidade do pagamento das dívidas acaba impedindo essa situação, afetando, ainda, a capacidade produtiva do

Evolução do preço do café (US$/lb)



Fonte: ICE Futures
Elaboração: CNA

negócio, com redução ou corte de benfeitorias, investimentos em tecnologia, implementos etc.

Sendo assim, independentemente das políticas agrícolas adotadas ou não atualmente pelo governo brasileiro, é indiscutível que o passivo acumulado na cafeicultura tenha afetado negativamente a renda do produtor, a sustentabilidade da atividade e a economia de municípios e estados.

Ciente da necessidade de prover o direito para o produtor rural de uma vida digna e com renda, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) aposta em uma reestruturação do passivo da cafeicultura brasileira. Para isso, está sendo elaborado um estudo de viabilidade econômica da atividade, que deve diagnosticar o grau de endividamento da atividade e a capacidade de pagamento por parte do produtor, visando propor ao Governo medidas que resolvam essa questão.

Considerando que diversos municípios são estritamente dependentes da cafeicultura, acredita-se que uma reestruturação do passivo permitirá que o cafeicultor continue produzindo e gerando renda e empregos para seus municípios, o que é extremamente importante para a economia do País.

1 Presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
2 Assessora técnica da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Consumo de café no Brasil

Takamitsu Sato*



O café é uma verdadeira preferência nacional. Pesquisas mostram a presença do produto em 98,7% dos lares e que mais de 95% dos brasileiros acima de quinze anos declaram o tomar diariamente. O seu consumo por habitante/ano é de 80 litros. Isso coloca o Brasil entre os países de maior consumo *per capita*, somente abaixo dos países do norte da Europa, os grandes e tradicionais consumidores da bebida.

O consumo dá-se majoritariamente na classe C (53%), embora todas as classes sociais consumam o produto. Os principais atributos apontados para a decisão de compra são o sabor (68%), o aroma (58%), o preço (53%) e ser de uma marca tradicional (46%). Como o consumidor conhece de fato as características principais de qualidade do produto, podemos afirmar que a qualidade é o motor da demanda. Quanto melhor a qualidade oferecida, maior o consumo.

No Brasil, uma constatação importante é a de que os jovens, na faixa de dezoito a vinte e nove anos, bebem mais café em comparação aos anos anteriores em que se fez a mesma constatação. Apesar de serem menos sensíveis à marca, eles valorizam a qualidade, as diferentes formas de preparação e mostram curiosidade em conhecer mais sobre o seu plantio, colheita, qualidade e preparação.

Dessa maneira, o consumo de café no Brasil alcança, em 2013, a cifra de 21 milhões de sacas, ficando somente atrás dos EUA. O faturamento da indústria, em 2013, deverá alcançar R$ 8,0 bilhões.

Enquanto a indústria de café busca com vigor a inovação e a diferenciação, os consumidores respondem positivamente a essa tendência. Assim, ao lado daquele tradicional torrado e moído, cresce, nos últimos anos, a oferta de produtos preparados em monodose, como os sachês e as cápsulas.

Expresso e coado

O tipo de café mais consumido é o coado, com destaque para a sua suavidade e o equilíbrio, nos lares durante o café da manhã, em 35% dos casos. Já, sendo preferido nas demais ocasiões, o expresso contribuiu de forma muito importante para a melhoria da qualidade no Brasil: como é extraído sob pressão, é exigente no uso de grãos de melhor qualidade para destacar seus atributos de aroma, cremosidade e corpo.

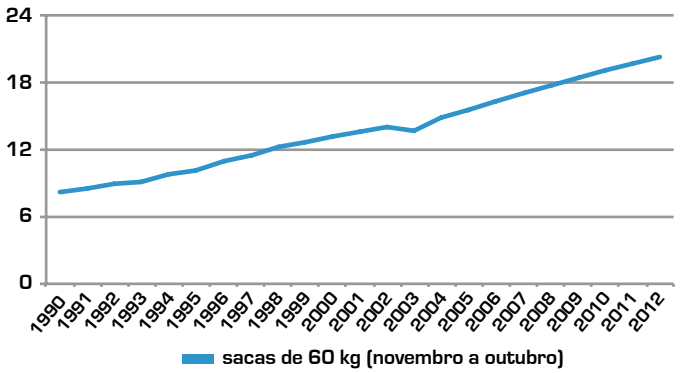
Assim, o café expresso ganhou espaço nos canais de distribuição fora do lar, como as cafeterias, restaurantes, hotéis e lojas de conveniência, além das panificadoras, que são mais de 50.000 no País. Essa expansão do consumo fora do lar trouxe como consequência uma ligeira queda na venda do produto no varejo supermercadista, enquanto aumentou nas panificadoras, no *cash-carry*, nos restaurantes e na conveniência.

Apesar de estarem presentes em apenas 0,6% dos lares, o potencial de crescimento das cápsulas é enorme: na França, já representam 30% do consumo total de café; isso por sua praticidade, pela qualidade e pela conveniência. O consumo em monodoses, principalmente em cápsulas, traz um valor agregado muito elevado. O volume comercializado de cápsulas cresceu 46,5% de novembro de 2012 a novembro de 2013, com crescimento de 36,5% em valor.

O Brasil, hoje, possui uma posição destacada no mercado mundial de cafés de alta qualidade. No campo, somos o maior supridor de grãos de alta qualidade do mundo, superando em muito as quantidades exportadas por Colômbia, Costa Rica, Etiópia e outros países produtores reconhecidos por sua qualidade. Além disso, somos o país com o maior número de propriedades rurais certificadas quanto à sustentabilidade, comércio justo e rastreabilidade.

Copiados por diversos países produtores, a ABIC possui programas de certificação únicos e importantes. Monitorando e certificando mais de 1.300 marcas no País, o Programa de Autorregulamentação da Pureza do Café, com seu famoso Selo de Pureza, por exemplo, assegura que o produto só contém grãos

Brasil: Consumo *per capita* de café



Fonte: ABIC

de café, ou seja, é puro. Já o Programa de Qualidade do Café (PQC) avalia o aroma e o sabor, monitorando os cafés aprovados e certificados quanto ao seu nível de qualidade, cobrindo 550 marcas cobertas, sendo 124 delas de cafés *gourmet*, os mais raros, exclusivos e de alta qualidade.

Com esses números, afirmamos que o consumidor brasileiro possui, hoje, à sua disposição cafés iguais ou superiores aos melhores do mundo. O estigma dos brasileiros não beberem um bom café é pagina virada em nossa história. Hoje, o consumidor encontra o café que deseja, com o sabor que lhe agrada e nos preços que pode e quer pagar.

*Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC)

Brasil: o gigante exportador

Eduardo Heron Santos*



A eficiência do comércio exportador de café do Brasil consolidou historicamente para o País a posição de liderança no cenário mundial. Enquanto a tecnologia utilizada no processo da preparação qualitativa da bebida faz uso intensivo de equipamentos de seleção eletrônica, há uma eficiência logística no escoamento da safra nacional. Isso permite que atendamos os diversos mercados como o principal e confiável fornecedor global do produto.

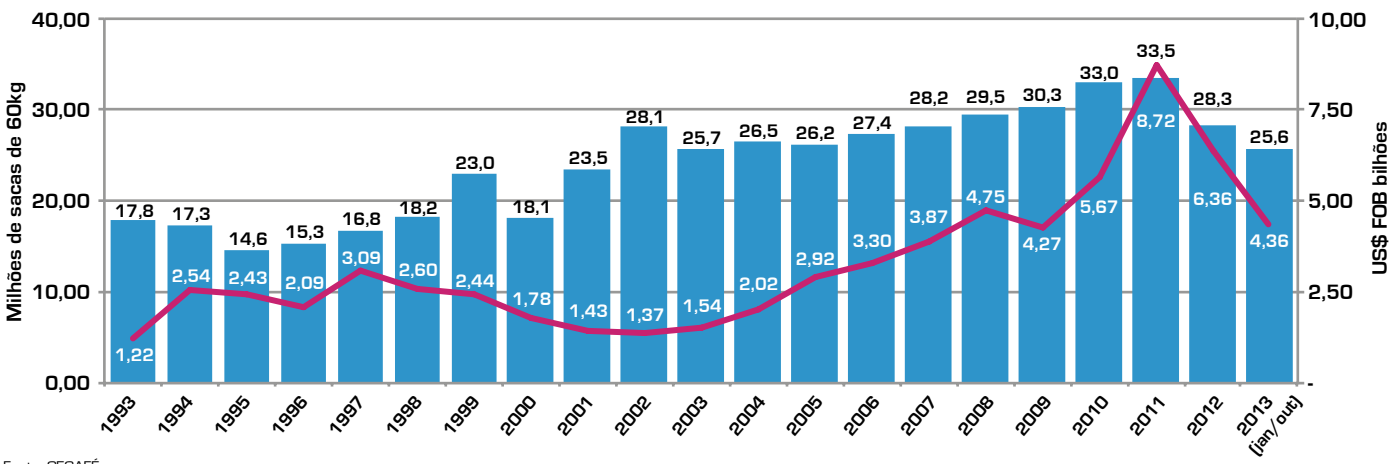
Atualmente, o comércio exportador é responsável por cerca de 80% do escoamento da produção de café brasileira. Com a instalação de armazéns e dos recintos especiais de despachos aduaneiros da Receita Federal no interior (REDEX – Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação; EADI – Estação Aduaneira Interior), aprimorou-se a movimentação e a estufagem de *containers* no interior. Os resultados foram a redução de custos e o ganho de agilidade nas operações de embarque.

Mesmo assim, os ciclos na exportação brasileira de café ainda são pouco conhecidos ou não entendidos com clareza por alguns agentes da sua cadeia produtiva. Daí a importância de refletirmos sobre o atual momento da cafeicultura mundial e os caminhos para o Brasil trilhar.

A partir de 1997, os preços das exportações brasileiras entraram em queda. Chegamos ao fundo do poço em 2002, quando batemos recordes na quantidade exportada (28,1 milhões de sacas) e na produção colhida (48,5 milhões de sacas). Alcançamos 32% do mercado mundial, ante aos 24% observados em 1993.

Nesse período, alguns países ajustaram os seus volumes de produção e outros iniciaram programas para a renovação de seus cafezais. O mercado baixista e a oferta do produto evidenciavam o desinteresse pela expansão da sua produção. O Brasil, no entanto, aumentou o seu *market share*, no momento em que

Brasil: Exportações de café nos últimos vinte anos



Fonte: CECAFÉ

visualize

cooxupé

Agora você pode comprar
os cafés da Cooxupé, a maior
cooperativa de café do mundo,
de qualquer lugar do Brasil.
Acesse a loja online:

www.cafescooxupe.com.br



cooxupé

a taxa de crescimento médio anual do consumo mundial passava de 1,8% (1990 a 1999) para 2,5% (2000 a 2010), segundo a Organização Internacional do Café (OIC).

Tivemos uma escalada de preços até 2008, interrompida pelo início de uma crise econômica global que atingiu os principais mercados, como os Estados Unidos, a Europa e o Japão. O Governo iniciou um programa de valorização de preços e melhoria na renda do produtor em 2008, por meio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (PEPRO), mas o resultado não surtiu o efeito esperado.

Por sua vez, países produtores de café, como a Colômbia, encontravam dificuldades para controlar pragas e doenças nos seus cafezais, enquanto o Brasil mantinha uma participação média de 32% no mercado exportador mundial.

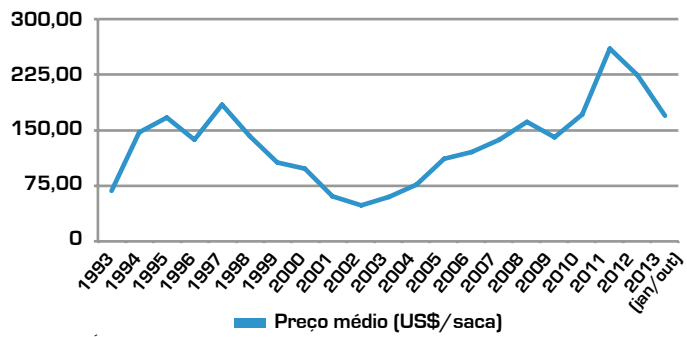
Em 2011, o Brasil superou novos recordes históricos nos embarques de café, com 33,5 milhões de sacas e com uma receita cambial de US$ 8,7 bilhões. Chegamos a 9,2% de participação no agronegócio e a 3,4% na balança comercial brasileira. Resultados extraordinários, mas, em meados de 2011, os resultados reverteram-se em razão da desvalorização do preço, uma perda acumulada entre 30% e 35%.

A queda nas receitas cambiais geradas pela exportação de café e a participação do produto no valor total dos embarques realizados pelo Brasil permaneceram praticamente inalteradas entre 2001 e 2010 e com ligeiro incremento de 2% em 2011 e 2012 (3,4%). Esse mesmo comportamento foi observado na participação do café no agronegócio, que permaneceu estagnado entre 6% e 7% no período de 2001 a 2013, com exceção do ano de 2011, quando alcançou 9%.

A nova crise nos preços do café, os altos custos de produção e o endividamento do produtor levaram o Governo a tomar algumas medidas emergenciais, como o leilão de opções de 3 milhões de sacas em 2013, que também não obteve o resultado desejado. Atualmente, outras propostas são estudadas, mas cabe uma análise reflexiva e histórica sobre o atual cenário de oferta e demanda, além do comportamento dos demais países produtores de café, de modo a manter o seu *market share* e evitar os equívocos cometidos no passado.

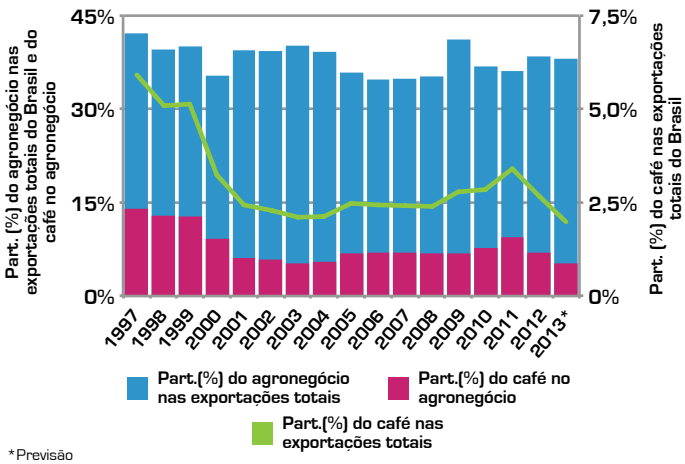
Entre 1993 e 2002, a média da exportação mundial foi de 79.500 mil sacas, com uma taxa de crescimento médio de 2,07% ao ano. Dentre os principais concorrentes, apenas o Vietnã indicou taxas de crescimento médio expressivas (21,29%), com salto de 3%, em 1993, para 13%, em 2002, na sua participação no mercado. Quanto à Colômbia, Guatemala e Indonésia, ini-

Brasil: Preço médio das exportações de café (US$ FOB/saca)



Fonte: CECAFÉ

Brasil: Participação do café nas exportações totais e do agronegócio



*Previsão
Fonte: SECEX

Exportações mundiais de café de países selecionados

	Exportações mundiais	Brasil	Colômbia	Vietnã	Indonésia	Guatemala
Média das exportações no decênio 1993-2002 (mil sacas de 60 kg)	79.500	19.268	10.731	6.999	5.201	3.962
Taxa média de crescimento do período (%)	2,07%	5,19%	- 3,04%	21,29%	- 3,05%	- 0,79%
Média das exportações no decênio 2003-2012 (mil sacas de 60 kg)	96.280	28.868	9.526	16.230	6.233	3.582
Taxa média de crescimento do período (%)	3,01%	1,08%	- 3,89%	9,10%	9,23%	- 0,21%
Variação (%) entre decênios (1993-2002 x 2003-2012)	21%	50%	- 11%	132%	20%	- 10%

Fonte: OIC/CECAFÉ

ciaram 1993 com 18%, 5% e 8%, respectivamente, e encerram 2002 com 12%, 4% e 5%, também respectivamente.

Durante o período de 2003 a 2012, a média da exportação mundial foi de 96.280 mil sacas, com a taxa de crescimento médio de 3,01% ao ano. Enquanto o Brasil demonstrou um incremento modesto de 1,08% ao ano, o Vietnã e a Indonésia alcançavam, respectivamente, 132% e 20% ao ano.

Iniciamos o período com 30% do mercado mundial exportador e chegamos a 2012 com apenas 25%. Houve uma queda de 16%. Enquanto o mundo aumentava a sua demanda, o Brasil perdia a sua participação de mercado. Isso permitiu ao Vietnã e à Indonésia uma taxa de crescimento médio de 9% ao ano, aumentando, assim, a participação dos seus *market share* para 23% e 9% respectivamente, ante aos 13% e 6% verificados em 2003.

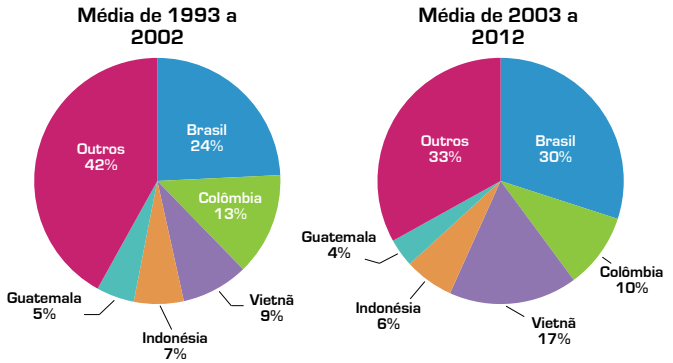
O formidável crescimento mundial no consumo de cafés Robusta justifica o aumento expressivo da participação do Vietnã e da Indonésia nos mercados internacionais. Esta variedade é a principal matéria-prima para o café solúvel.

Entre 1993 e 2002, os países importadores foram os grandes responsáveis pelo aumento no consumo do café solúvel, com a taxa de crescimento médio de 10,3% a.a., enquanto os países produtores cresciam apenas 2,8% a.a. Entretanto, as exportações de café solúvel, prejudicadas por barreiras tarifárias, apresentaram uma ligeira queda de 0,7% a.a. no mesmo período comparativo.

Porém, de 2003 a 2012, houve uma alteração no cenário, mantendo-se o aumento no consumo do solúvel com uma taxa de crescimento médio de 2,8% a.a., destacando o incremento de 1,8% nos países importadores e 4,4%, nos produtores. Com relação à exportação de solúvel, não houve avanços expressivos para expansão, principalmente porque o Conilon produzido no Brasil destina-se à indústria interna e apenas o excedente é exportado.

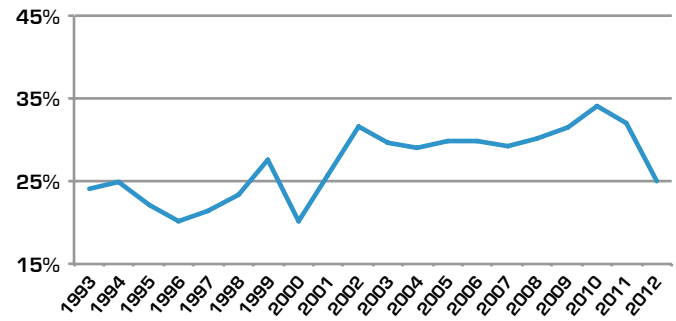
Quando comparados os resultados médios dos dois decênios, a variação percentual mostra um importante e expressivo mercado de café solúvel em ascensão e, consequentemente, a demanda por cafés Robusta. Houve uma desmistificação da ideia de uma efetiva substituição do Arábica pelo Robusta. Entre os anos de 1993 e 2012, verificamos para o café solúvel brasileiro um aumento de 146% no seu consumo e de apenas 23% na sua exportação.

Participação nas exportações mundiais de café



Fonte: OIC

***Market share* do Brasil nas exportações mundiais (%)**



Fonte: OIC

Desafios e expectativas

O Brasil possui grandes desafios para a manutenção ou ampliação do seu *market share*. Porém, com o cenário mundial de preços baixos, o aumento no custo de produção do País e a maior disponibilidade na oferta global de café, as expectativas não são animadoras.

Além disso, os sérios problemas de infraestrutura portuária do Brasil colocam o País entre os portos mais caros do mundo, o que afeta grandemente a competitividade nacional, prejudicada ainda pela burocracia e pela ineficiência nas operações de embarque.

Importações mundiais de café solúvel (mil sacas de 60 quilos)

	Importações mundiais de café solúvel			Exportações brasileiras de café solúvel
	Países importadores	Países produtores	TOTAL	
Decênio 1993-2002	5.824	3.806	**9.630**	2.359
Taxa média de crescimento (%)	10,29%	2,82%	**7,01%**	- 0,65%
Decênio 2003-2012	10.497	6.739	**17.236**	3.200
Taxa média de crescimento (%)	1,78%	4,36%	**2,76%**	1,75%
Var. (%) entre decênios (1993-2002 x 2003-2012)	80,2%	77,1%	**79,0%**	35,7%

Fonte: OIC

O Brasil possui capacidade para superar essa crise enfrentada pela cafeicultura, mas, para tanto, é importante entender a atual dinâmica do mercado e buscar novos horizontes, sem perdermos competitividade e *market share*.

Com o crescimento do consumo mundial, estimado em torno de 2,4%, segundo a OIC, temos espaço para crescer. E, seguramente, não será com a política de contenção da oferta que conseguiremos ampliar os volumes de venda. Com mercados tradicionais que crescem a 1,0% a.a.; países emergentes, a 5% a.a.; e produtores, a 3,1% a.a., torna-se necessário um alinhamento (ou redefinição) da estratégia na comercialização do produto, com a utilização do café solúvel como ferramenta de entrada nestes mercados.

Temos, ainda, uma demanda estimada de 25 milhões de sacas de cafés sustentáveis para 2015. Como principal fornecedor, o Brasil deve ampliar os seus volumes, pois geram agregação de valor ao produtor, garantem acesso a mercados e proporcionam uma melhor gestão da propriedade. Estas são as armas para combatermos uma questão crucial da cafeicultura: o custo de produção.



STOCK.XCHNG

Esses vinte anos de êxito e eficiência na história da exportação brasileira de café nos fazem olhar para o retrovisor, de maneira a alinharmos a direção adiante do carro.

*Gerente de TI da CECAFÉ (eduardo@cecafe.com.br)

Momento atual do mercado de café

Lúcio Dias*



Assunto complexo e difícil é o café. Falar dele como cultivo, da colheita e pós-colheita, do preparo dos *blends*, da torrefação e das casas de café é uma delícia e fácil. Agora, quando se trata de mercado, é complicadíssimo, assunto do qual quem se considerar conhecedor, provavelmente, chegará à conclusão, um dia, de que tudo aquilo que acreditava conhecer não valia nada.

Café, como já diziam nossos mestres que muito lutaram na sua política, é mais assunto financeiro do que uma mercadoria, principalmente o mercado de café verde.

O mercado de café tem um forte componente financeiro. Os fundos de investimentos atuam fortemente na Bolsa de Nova York, fazendo as cotações sofrerem variações exageradas para cima ou para baixo. Isso tira toda lógica dos fundamentos da oferta e demanda na formação de preços, principalmente no curto e médio prazos.

Atualmente, produzimos o café Arábica e o Robusta, sendo que as produções mundiais anuais de cada um estão entre 60% e 40%, respectivamente, totalizando 145 milhões de sacas.

A produção de Robusta cresceu bastante, devido à tecnologia empregada em seu cultivo, atingindo elevada produtividade por área. Já a produção de Arábica ficou estável em todo o mundo, com exceção do Brasil. A partir do ano de 2002, mais uma séria crise de preços ocorreu devido à alta safra, principalmente no Brasil. Passados alguns anos, enquanto os estoques e as safras caíram muito, o consumo cresceu e os preços esboçaram uma reação, abortada pela crise de 2008. Amainada a fase mais crítica, os preços voltaram a subir, superando US$ 3,00 por libra peso no início de maio de 2011. Com o aumento de preços, aconteceram dois fatores importantes que refletem o momento atual:

- O primeiro foi que a melhor remuneração dos produtores estimulou investimentos em todas as regiões produtoras, aumentando tanto a produção, quanto o potencial de produção.
- O segundo foi o aumento do consumo que ocorreu, principalmente, em países emergentes, e, com a alta dos preços do Arábica, houve uma grande procura por produtos mais baratos. Estes produtos mais baratos utilizam o Robusta na composição dos *blends*. Ocorreu, portanto, um consumo maior de Robusta. A produção foi constantemente ampliada, e a produção de Arábica, apesar de não ter crescido muito, teve seus estoques subindo rapidamente em decorrência do baixo consumo.

Diante desses fatos descritos e com uma perspectiva de boas safras neste e nos próximos anos, o mercado se antecipou, colocando muitas ordens de vendas, o que fez os preços encostarem novamente nos níveis perto de US$ 1,00 por libra peso.

Na última crise de preços:

- Os cafeicultores investiram muito em redução de custos, quando os salários e insumos eram realmente baixos;
- Os produtores eram mais tradicionais, com baixa possibilidade de troca de cultivo; e
- Houve grande investimento em plantios novos, buscando-se melhorias de produtividade.

Todas essas atitudes possibilitaram a criação de uma cafeicultura moderna e produtiva, mesmo com baixa remuneração. Agora, esse novo cenário muito negativo de preços traz pesadas perdas à produção. Provavelmente, haverá uma saída forte de parcela importante de produtores por diversos motivos, como:

• As possibilidades de ganhos a partir de redução de custos estão extremamente limitadas;

• A fuga para cultivos mais rentáveis e com baixa possibilidade de fortes perdas financeiras; e

• O envelhecimento dos produtores e baixo interesse de novos produtores em ingressar na cafeicultura, principalmente jovens.

A necessidade de todos os integrantes da cadeia repensarem o sistema de formação de preços de café é urgente. Estamos perigosamente levando o elo da cadeia que inicia todo esse importante negócio no mundo a um processo de desestímulo de produção. Num mundo onde a palavra de ordem é "sustentabilidade", a principal parte dela é a remuneração do produtor. Aceitar passivamente que milhões de famílias que vivem do café não tenham recursos para suas necessidades mais básicas é insustentável.

*Superintendente de Operações e Comercial – Mercado Interno da Cooxupé

Crise do café: o que vem sendo feito?

Paulo André Colucci Kawasaki*

As lideranças do setor privado e o governo federal buscam medidas para a retomada da competitividade, com a aprovação de um orçamento recorde para 2013, de R$ 5,8 bilhões, sendo:

• R$ 3,16 bilhões para as linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé);

• R$ 1,050 bilhão para o programa de opções públicas de venda: 3 milhões de sacas ao preço referencial de R$ 343;

• R$ 1 bilhão para estocagem e aquisição de café pelas indústrias e exportadores; e

• R$ 614 milhões para capital de giro do setor industrial e das cooperativas.

O setor enfrentou o atraso no repasse desses recursos, entre outros motivos, pela demora na aprovação do Orçamento Geral da União (OGU) no Congresso Nacional. Além disso, o leilão de opções não teve o impacto desejado no mercado, com as cotações permanecendo em níveis muito aquém dos custos de produção, o que desencadeou um cenário de déficit aos produtores de café do País.

Essa situação exigia, portanto, medidas emergenciais para a cafeicultura brasileira, com o intuito imediato de buscar estancar a sangria financeira do setor. Nesse sentido, após diversas audiências com o setor produtivo, em 22 de novembro, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, anunciou que os produtores:



SHUTTERSTOCK

• poderão renegociar as dívidas vencidas e vincendas no período de 1º de julho deste ano a 30 de junho de 2014 nas operações de crédito rural vinculadas a lavouras de café Arábica; e

• terão até 31 de janeiro para optar pela renegociação junto à instituição financeira e até 15 de julho para formalizá-la.

Em relação aos contratos de custeio e comercialização, do Funcafé e dos Recursos Obrigatórios (RO), o cafeicultor que optar pela adesão à renegociação deverá quitar 20% do total da dívida. Os 80% restantes terão prorrogação automática por cinco anos, em parcelas anuais, com o início do pagamento ocorrendo a partir de 2015, de acordo com o período de obtenção de renda do agricultor.

As parcelas das operações de investimento poderão ser incorporadas ao saldo devedor e redistribuídas nas restantes ou ser prorrogadas para até um ano após a data prevista para o vencimento do contrato, respeitada a periodicidade vigente. Por exemplo, caso um contrato vença em 2018, poderá ser quitado em 2019 ou o valor da dívida vencida poderá ser distribuído entre as parcelas de 2015 a 2018, o que eleva um pouco o valor das prestações, mas não amplia o prazo.

O governo federal não deverá financiar novas áreas para cultivo de café, sendo os produtores incentivados a plantarem outras culturas em 10% das áreas de cultivo cafeeiro das propriedades. Espera-se, agora, que o cronograma de repasse da verba do Funcafé seja definido ainda em dezembro de 2013.

De acordo com o ministro, se as medidas não surtirem o efeito esperado, novas ações poderão ser adotadas. "Espero que essa medida seja suficiente para aquecer o preço no mercado do café e, com isso, começar a remunerar os produtores, mas, se for preciso, nós continuamos a negociar", afirmou, em nota enviada pela assessoria do MAPA. ■

*Assessor de comunicação do Conselho Nacional do Café (CNC)



SHUTTERSTOCK

2ª Reunião CANAPLAN 2013

Avaliação da safra canavieira 2013/14

Região Centro-Sul

Equipe técnica: Ciro Sitta, Eduardo Pereira, Fernando Carvalho, Julio Campanhão, Luiz Carlos Corrêa Carvalho e Ricardo Inojosa Costa

Painel 1: Avaliação da Safra 2013/14 na região Centro-Sul

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*



Estamos colhendo, neste ano de 2013, uma safra recorde de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil, com mais de 600 milhões de toneladas produzidas no campo. Há exatos dez anos, produzíamos um pouco menos da metade do que produzimos hoje. Esse fato deveria orgulhar o setor produtivo brasileiro, mas se esvai com o endividamento dos produtores, que sentem apenas forte insatisfação latente.

Com as questões básicas da produção (áreas e produtividades) supridas por investimentos na oferta, a preocupação das questões econômicas e financeiras (custo e receita) agrava-se, não pela "mão invisível" do mercado, mas pelo *dumping* da gasolina. O peso do Governo no "controle" da economia deforma veementemente o setor energético brasileiro, em especial os combustíveis, com a Petrobras e o setor privado produtor de etanol amargando fortes prejuízos.

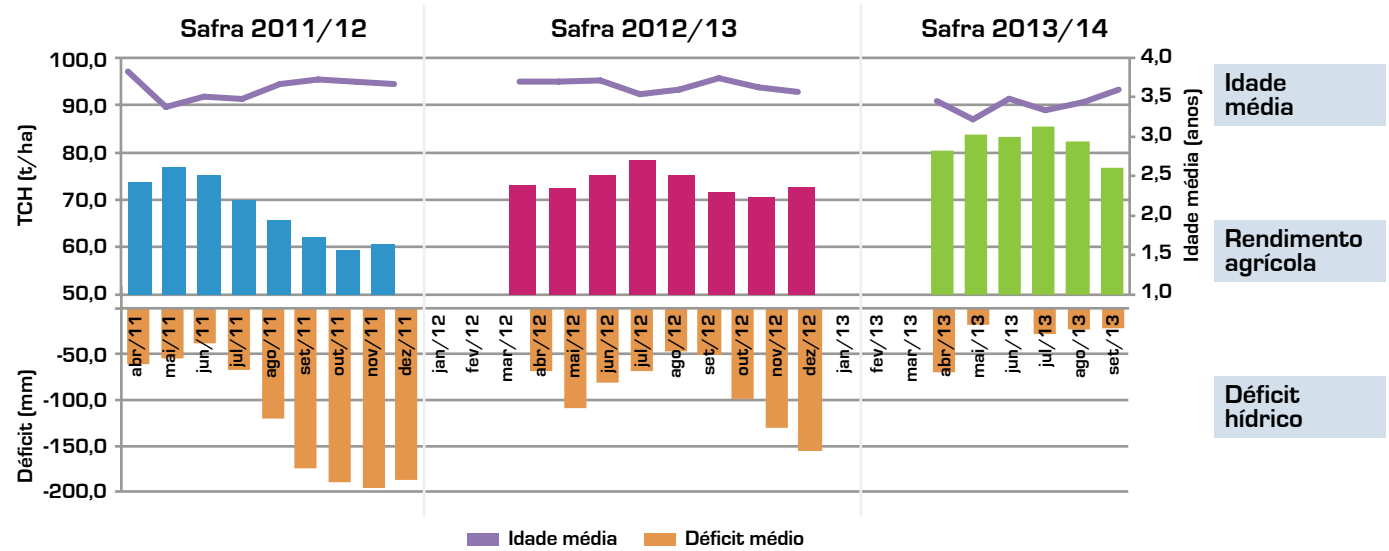
Enquanto o Brasil segue com as políticas de muita intervenção e pouco planejamento, o setor sucroenergético segue pelas curvas da imprevisibilidade. Com o mercado de açúcar afetado pelos excedentes mundiais consecutivos, os preços dos produtos finais (açúcar/etanol) comportaram-se em patamares similares. Assim, a safra 2013/14 mantém em seu *mix* de produção o favorecimento ao etanol.

O velho ditado de que não há duas safras iguais continua a imperar no setor: mais uma safra, e novos fatores alteram a dinâmica da produção. O clima continua a ser o principal determinante da produtividade agrícola, enquanto, ao longo do ano, diversas variáveis afetaram o desempenho da safra na região Centro-Sul.

No balanço climático, prevalece a boa distribuição das chuvas em favor da produtividade, porém não faltaram impactos negativos: o florescimento de diversas regiões, o "acamamento" de canaviais pesados em consequência de ventos e chuvas, as geadas que afetaram com intensidade o Mato Grosso do Sul e parte do Paraná, entre outras intempéries.

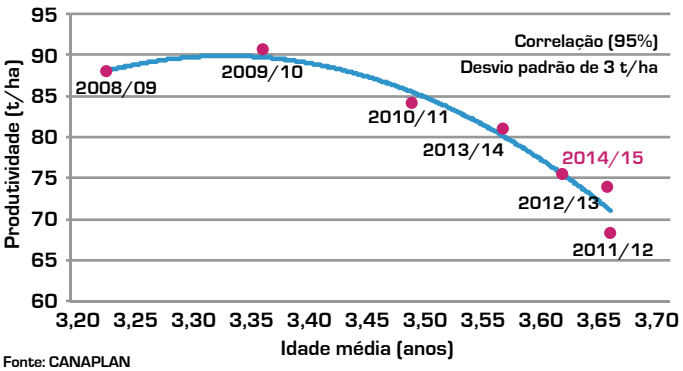
Os dois pilares que garantem um bom rendimento agrícola para a atual safra são as chuvas ocorridas nos outonos de 2012

Balanço climático, rendimento agrícola e idade média do canavial



Elaboração: CANAPLAN
Fonte: IAC e INMET

Região Centro-Sul: Relação entre idade média *vs* produtividade



Fonte: CANAPLAN

e 2013, que proporcionam colheita de canaviais com menor déficit hídrico; e o intenso investimento em plantio realizado em 2012, que rejuvenesceu a idade média. Desse modo, a tendência é que o rendimento agrícola fique por volta de 81 toneladas de cana por hectare na região Centro-Sul.

A manutenção do desenvolvimento vegetativo reduziu a concentração de sacarose nos entrenós dos colmos, o que, juntamente à maior quantidade de impurezas que tem sido levada à indústria, contribui para uma menor recuperação de açúcares. Portanto, com matéria-prima de pior qualidade, estima-se um ATR (açúcares totais recuperados) de 133 quilos por tonelada de cana no acumulado final da safra 2013/14.

Como as precipitações pluviométricas do terço inicial da safra também impactaram na eficiência de moagem, com maior número de paradas não programadas, as usinas da região Centro-Sul moeram menor quantidade de matéria-prima do que o previsto. Embora se tenha processado muita cana-de-açúcar no inverno, com o estabelecimento de um novo "teto"

Projeções CANAPLAN

		2013/14	2014/15
INDICADORES			
Cana planta	% em relação à área	21%	17%
Idade	anos	3,55	3,61
Produtividade	t/ha	81	75
ATR	kg por t de cana	133	138
Área	milhões de ha	7,58	7,65
SAFRA			
Disponível	milhões de t de cana	614	577
Processada	milhões de t de cana	595	–
Bis	milhões de t de cana	19	–
PRODUÇÃO			
Disponível	milhões de t de ATR	81,7	79,6
Processada	milhões de t de ATR	79,1	–
Bis	milhões de t de ATR	2,5	–
PRODUTOS			
Mix	% da produção destinados para açúcar	45,6%	44,0%
Açúcar	Milhões de t	34,59	33,46
Etanol	Milhões de m^3	25,44	26,25

Fonte: CANAPLAN

de moagem para o período, ainda há uma forte pressão para o final da safra.

Dessa maneira, a principal questão volta a ser a capacidade de moagem no final da safra, que, como sabemos, apresenta correlação direta com as chuvas do período. Com a visualização de um final de safra estendendo-se com intensidade até o segundo decênio de dezembro e chuvas dentro da média para o período,

Debates e apresentações

Com base na apresentação do Painel 1, foram desenvolvidas análises e discussões, sob a moderação de Luiz Carlos Corrêa Carvalho, com a presença dos seguintes profissionais: Cassio Manin Paggiaro (Raízen), Ricardo Rezende Filho (Sabarálcool), José Olavo Vendramini (Grupo Guarani), Mario Ortiz Gandini (Grupo São Martinho), Paulo de Araújo Rodrigues (Agrícola Santa Izabel), Paulo Roberto Artioli (Tecnocana) e Agnaldo Rigolin (BP Biocombustíveis).

Em primeiro lugar, se fez uma crítica às projeções apresentadas pela CANAPLAN. Houve uma divisão no julgamento se a moagem seria menor do que as 595 milhões de toneladas, mas com a aceitação da produtividade mais elevada e a menor qualidade das canas. Os impactos mais negativos foram citados para os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, enquanto Goiás mostrou bons resultados. Em São Paulo, houve bastante variação entre as regiões.

Os painelistas produtores de cana mostraram os problemas decorrentes de custos crescentes combinados à baixa remuneração. De uma forma geral, houve a constatação do aspecto positivo da chuva para a melhor produtividade agrícola obtida. Sobre investimentos, ficou o grande temor das dificuldades financeiras para realizá-los na necessidade requerida. Também foi demonstrada a preocupação com o retorno ao envelhecimento dos canaviais.

a CANAPLAN projeta uma moagem próxima a 595 milhões de toneladas na região Centro-Sul para a safra 2013/14.

Embora seja cedo para projetar a safra 2014/15, em virtude das incertezas de clima, políticas públicas e mercado, há outro fator-chave da produtividade que permite analisarmos com certa coerência seu comportamento: é a correlação entre a idade média dos canaviais colhidos e a produtividade média.

No acumulado do ano até setembro de 2013, nota-se uma taxa de plantio 17% menor em comparação a igual período do ano passado, acompanhada de uma taxa de expansão muito tímida. Caso essa tendência continue no terço final do ano, haverá o envelhecimento dos canaviais a ser colhidos na safra 2014/15.

Somente o fato do envelhecimento dos canaviais a ser colhidos na safra 2014/15, pelo modelo matemático utilizado pela CANAPLAN, levaria a uma produtividade média de aproximadamente 75 toneladas de cana por hectare, com desvio padrão de 3 toneladas.

De fato, o tripé área-produtividade-qualidade é o gerador da produção de açúcares totais da safra. Na análise da safra 2014/15 contra a safra 2013/14, considerando o clima dentro da normalidade, projeta-se uma área disponível para colheita muito semelhante à atual, com uma produtiviade agrícola inferior e uma qualidade de matéria-prima superior para a próxima safra.

*Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Painel 2: Caminhos para a produtividade

Marcos Landell*

Como um dos componentes e condicionantes mais importantes na produção da cana-de-açúcar, a inovação aparece como fator de diferenciação no desenvolvimento de ingredientes, misturas e cultivos para a lavoura. É atender os novos segmentos e modelos de negócios, com a introdução de modernas ferramentas, produtos e processos. O painel foi coordenado por Marcos Landell, do Centro Cana (IAC), de Ribeirão Preto.

Para Marcelo Ismael, diretor de Negócios – Especialidades da BASF, "devemos buscar soluções com a visão holística da planta, em termos de gerenciamento da água, solo, pragas, doenças e ervas daninhas, sementes e raízes, pré e pós-colheita, carbono e balanço de energia, dentre outros".

Os pontos críticos dos canaviais envolvem a formação do plantio e o uso de maturadores, inibidores de crescimento e redutores de isoporização. Para a planta, uma boa brotação melhora o seu perfilhamento, assim como a desidratação do colmo aumenta com o florescimento. "Tudo isso precisa ser controlado para obter uma produtividade maior", explica Luís Eduardo Corrêa, da Bayer. Já Ivan Jarussi, da DuPont, mostrou que a melhoria da matéria-prima com uso tecnológico de técnicas e produtos garante ganhos de toneladas de cana por hectare e de ATR, que reduzem o custo por tonelada de açúcar e aumentam a rentabilidade do negócio.

Com relação às falhas no *stand* da lavoura, foi citado o plantio com alto volume de mudas, a competição do mato e as pragas e doenças de solo e aéreas. Leandro Amaral, da Syngenta, apresentou os benefícios do uso das mudas pré-brotadas com genética, vigor e sanidade na construção de novos viveiros e na correção das falhas no plantio e soca. Marco Ripoli, da John Deere, destacou as variáveis relevantes no preparo do solo (profundidade da subsolagem, aplicação de corretivos e fertilizantes, incorporação de matéria orgânica, destorroamento e canteirização), plantio e sulco (abertura, fertilizantes, deposição da muda, aplicação de inseticida e cobrição) e colheita. Alex Antoniosi, da ANTONIOSI, apresentou o preparador de solo profundo canteirizado PSPC 1101, implemento que consolida diversas operações em apenas uma, como fator para importante redução de custos e melhoria da produtividade.

*Pesquisador do Centro Cana (IAC) e coordenador do painel

Painel 3: Finanças

Alexandre Figliolino*

Terceiro produto com uma participação ao redor de 13% na pauta de exportação do agronegócio, o conjunto de açúcar e etanol ajuda sobremaneira a balança comercial do Brasil.

Em 2012, o prejuízo resultante da não paridade com os preços internacionais, causado pela importação de gasolina, foi da ordem de R$ 1,6 bilhão. Para 2013, assistiremos novamente a um prejuízo. Essa situação desfavorável precisa ser revertida.

Nos próximos anos, para atender o aumento no consumo brasileiro de combustível, existem duas saídas: pela importação de gasolina ou pelo crescimento da produção de etanol. Isso acontece porque o consumo de gasolina crescerá em ritmo superior ao da sua produção. Sem investimentos de ampliação, a capacidade de refino da Petrobras está praticamente estabilizada. Assim, para cobrir o provável déficit na oferta da gasolina para suprir a demanda, temos a produção de etanol.

Para analisar e comparar a situação financeira do setor entre as safras 2011/12 e 2012/13, fizemos uma análise de sessenta e três grupos de empresas, com capacidade instalada de moagem de 430 milhões de toneladas e 366 milhões de toneladas moídas, o correspondente a 69% da moagem da região Centro-Sul. Somente dezenove grupos apresentaram fluxo de caixa livre positivo após CAPEX e despesa com juros. O endividamento ficou concentrado na faixa de R$ 100 a R$ 125 por tonelada.

Desde 2007, na região Centro-Sul, as operações de cinquenta e uma usinas foram paralisadas e vinte e um grupos entraram em processo de recuperação judicial. Entre as safras 2005/06 e 2012/13, a capacidade adicional de moagem aumentou em 120 milhões, com uma perda de capacidade de moagem de 48 milhões toneladas (mais de 80% delas aconteceram nas safras 2010/11, 2011/12 e 2012/13).



Enquanto isso, a Petrobras anuncia que submeterá à aprovação do conselho de administração uma nova metodologia para corrigir defasagens de preços dos combustíveis no longo prazo. O mercado ainda acredita em um reajuste de preços neste ano, mesmo diante da redução da defasagem em relação à gasolina importada.

Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) apresentou a proposta de promover um corte na quantidade de etanol misturado à gasolina, conforme estabelecido pelo Padrão de Combustíveis Renovados (RFS, na sigla em inglês). Já, no Brasil, o papel do etanol hidratado continua indefinido na matriz de combustíveis, enquanto a cogeração de biomassa não conta com políticas suficientemente estimulantes para promover investimentos.

Para o açúcar, a conjuntura mostra uma tendência ligeiramente positiva, com preços em reais remuneradores para 2014, principalmente para os produtores com menor custo, dando a sensação de que o "fundo do poço" ficou para trás.

Em suma, atravessamos um momento bastante delicado, com total dedicação à sobrevivência e busca de eficiência com redução de custo. Qualquer investimento novo dependerá do nível de alavancagem das companhias e da taxa de retorno oferecida pelo projeto.

*Diretor do Itaú BBA

Brasil: Exportação de açúcar e etanol (em US$ milhões)

Ano	Açúcar	Etanol
2010	12.762,00	1.014,00
2011	14.940,00	1.492,00
2012	12.845,00	2.186,00

Fonte: SECEX/MDIC

Brasil: Importação de gasolina (em US$ milhões)

Ano	Açúcar
2010	285,00
2011	1.644,00
2012	3.002,00

Fonte: SECEX/MDIC

Região Centro-Sul: Perspectiva de recuperar a capacidade financeira e de investimento

% de grupos	Comentários
63%	Com bom desempenho operacional, baixa alavancagem financeira ou forte controle acionário, conseguem atravessar a crise sem deteriorar sua situação financeira fortemente.
25%	Processo de deterioração devido ao alto nível de alavancagem financeira, que depende de uma melhora substancial nos preços, aliada à recuperação da sua eficiência operacional.
12%	Ponto de não retorno.

Fonte: Itaú BBA

Painel 4: Mercado de açúcar e etanol

Paulo Trucco[1]
Ailton Sacramento[2]

Paulo Trucco, da Bioagência, mostrou a evolução da capacidade de produção de cana entre 2004 e 2013, com a moagem subindo de 1,75 milhão de toneladas de cana/dia para 3,28 milhões, enquanto as canas moídas também praticamente dobraram no período. Por outro lado, unidades industriais foram desativadas, com um forte processo de consolidação ocorrido no período. Com relação ao etanol, a relação entre o etanol hidratado demandado e a demanda potencial caiu de 94,1%, em 2007, para 35,3%, em 2013. Com isso, a demanda total crescente de ciclo Otto mostra forte aumento da participação da gasolina, com queda do hidratado. As participações da gasolina C e do hidratado nos vários estados brasileiros impressionam, pelo fato da redução de *share* do etanol.

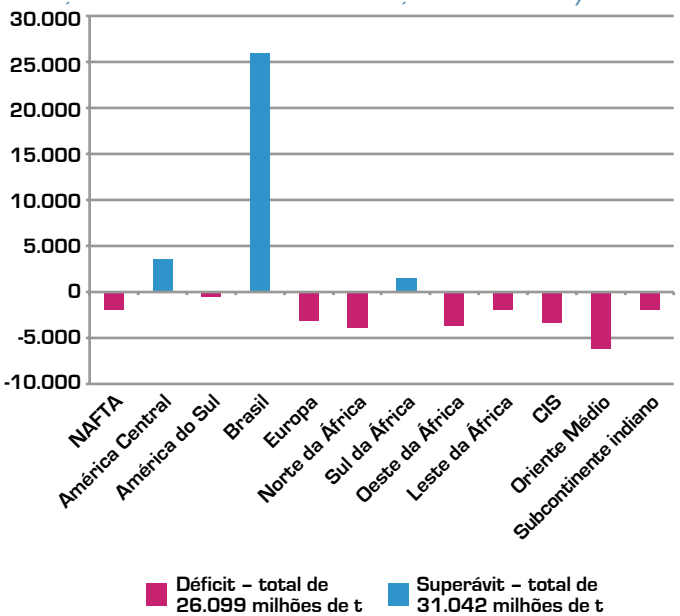
Em face da realidade da falta de refinarias para aumento da oferta de gasolina A, o País, por meio da Petrobras, vem importando crescentes volumes desta gasolina, infelizmente a preços maiores do que os de venda no mercado interno.

Com relação à safra 2014/15, os preços médios do açúcar devem ficar maiores do que os da safra 2013/14. Pesam, para isso, os problemas (incêndios) ocorridos nos terminais da Copersucar e da Agrovia.

Na parte de cenários, Paulo apresentou a tendência de crescimento da produção de cana na região Centro-Sul, de 581 milhões de toneladas, em 2013, para 699 milhões, em 2017, e para 821 milhões, em 2020. Com a gasolina produzida nos volumes atuais, de 27 bilhões de litros, a importação crescente de gasolina passará de 4 bilhões de litros, em 2013, para 16 bilhões, em 2020, com menor crescimento do hidratado, de 13 bilhões de litros para 16 bilhões.



Situação da oferta e demanda de açúcar em 2013/14



Fonte: ED&F Man Research

Como principais conclusões, ele apresentou o desafio de abastecimento dos combustíveis nos próximos anos, a vocação do Brasil para atender o crescente mercado internacional de açúcar e os problemas do não investimento em etanol e gasolina.

Ailton Sacramento, da ED&F Man, iniciou a sua apresentação mostrando o quarto ano seguido de superávit de açúcar no mundo e que, no ano de 2013, ele deverá ser de 5 milhões de toneladas. Com exceção da Tailândia, que cresce oferta, os outros países a reduzem.

O crescimento do Brasil foi importante: passou de um *share* de mercado de 8%, vinte anos atrás, para 50%, hoje; as exportações brasileiras compõem 63% do mercado mundial, enquanto os outros países mostram claras dificuldades de expansão.

A estimativa da ED&F Man é de uma moagem de 583,6 milhões de toneladas de cana, produzindo 33,8 milhões de toneladas de açúcar e 25,0 bilhões de litros de etanol na safra 2013/14. Sua projeção em face do mercado é que o Brasil tenha demanda por 916 milhões de toneladas de cana em 2020.

Sobre os produtos setoriais, Ailton mostrou o fato de que o etanol não tem sido remunerado positivamente face a custos crescentes, enquanto o açúcar mostra alguma margem. Na sua visão, a sustentabilidade do setor depende de uma política diferenciada no sistema tributário combustível (fóssil *versus* renovável); de um ajuste nos preços da gasolina; e de um projeto institucional visando estimular o aumento do consumo do etanol hidratado. ■

1 Consultor da Bioagência
2 Consultor da ED&F Man



SHUTTERSTOCK

I Fórum Brasileiro de Etanol de Milho e Sorgo

Muito aprendizado, grandes desafios

Glauber Silveira*

O evento reuniu mais de 200 participantes – em sua maioria, produtores rurais – para discutir a industrialização dos grãos como alternativa para a produção do combustível. Iniciativa da Aprosoja Brasil e Aprosoja Mato Grosso, com apoio do Sindicato Rural de Sorriso, SENAR-MT, Canal Rural e Novozymes, o evento foi realizado no Sindicato Rural de Sorriso. Chamou a atenção a quantidade de pessoas interessadas e curiosas pelo tema, inclusive dos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás.

Primeiro painel: Políticas públicas para o etanol

Tivemos uma exposição e discussão sobre as políticas existentes para o etanol, com as suas influências na atividade, as propostas de melhorias e novas políticas para o futuro, com foco na sustentabilidade do negócio e incentivo à produção de etanol, inclusive de cereais.

Para o senador do estado do Mato Grosso Blairo Maggi, a produção de etanol a partir de milho gerará subprodutos e contribui para dar equilíbrio à cadeia produtiva. "O problema é convencer o governo da necessidade de linhas de crédito para realizar esses investimentos, além de abrir mão de uma porcentagem do ICMS nos primeiros anos de pagamento", disse ele. O ex-presidente da União de Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA), Eduardo Carvalho, ressaltou que a utilização do milho como matéria-prima não representa competição com o etanol de cana. "O que nós não temos é preço. O álcool de milho é um complemento que pode ser importante na redução de custos e

no fator de competitividade. O potencial é enorme.". Neri Geller, secretário de Política Agrícola do MAPA, afirmou trabalhar pela desburocratização e a viabilidade do financiamento junto aos órgãos públicos.

Para o presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, os R$ 700 milhões de recursos disponibilizados pelo governo federal para custear o prêmio dos leilões de milho foi uma boa solução para a comercialização da produção. Mas, para ele, essa não pode ser uma política sustentável por muitos anos. De fato, quando se faz uma retrospectiva da quantidade acrescida na produção de grãos do estado, para fazer uma projeção para os próximos quatro anos, a colheita atual de 50 milhões de soja e milho poderá saltar para quase 100 milhões de toneladas futuramente. "Não vejo como conseguirmos, a cada ano, os prêmios necessários para continuarmos nesse modelo", afirmou Prado.

Já segundo Laércio Lenz, presidente do Sindicato Rural de Sorriso, da produção estadual de milho do estado, 3,5 milhões de toneladas têm como origem o município. Essa alta produção poderia ser destinada tanto para etanol, quanto para alimentação. Mesmo assim, os produtores ainda não usam toda a capacidade de produção de suas propriedades, desmotivados pelo baixo preço, próximo de R$ 10 a saca. "O destino do milho para etanol é uma boa alternativa, principalmente para essa região. Como a cultura é viabilizada economicamente, o produtor investirá para aumentar a produção e agregar valor na cultura", disse Lenz.

Normando Corral, vice-presidente da Famato e produtor de cana-de-açúcar, considera um bom negócio acoplar uma usina de milho à de cana, pois é possível utilizar parte da energia gerada pelo bagaço de cana na produção do etanol de cereal. "Isso é o futuro, e o Mato Grosso pode contribuir muito com a fonte renovável de energia tanto da cana, quanto do milho, em função de seu grande potencial", comentou Corral.



Marcelo Duarte, diretor executivo da Aprosoja-MT, destacou a importância, neste momento, de se pensar na competitividade do etanol de milho em relação ao de cana, em termos da aplicação das políticas públicas de fomento, os mercados a ser atendidos e o preço a ser pago pelas usinas às matérias-primas. Essa colocação é oportuna, como bem ressaltou o presidente do Sindalcool-MT, Piero Vicenzo Parini: "até 2015, o Brasil precisará de mais quarenta usinas para suprir a necessidade de etanol de cana.".

Aproveitamos para enfatizar a relevância de se agregar valor ao cereal do Mato Grosso. Frisamos a inexistência de competição entre a produção de etanol de milho e a produção de alimentos. A ideia, na verdade, é trabalhar com o excedente do cereal e, ainda, resolver o problema logístico. Mas, o principal seria a produção inteligente de biocombustível junto a um produto altamente proteico, como o DDGS.

Segundo painel: *Cases* de sucesso e novos projetos

O Mato Grosso conta com dois exemplos bem sucedidos. A Usimat, que opera no município de Campos de Júlio, é a primeira usina *flex* do Brasil e do mundo em cana e cereais, em seu segundo ano de funcionamento. Segundo o seu presidente, Alfredo Scholl, os recursos de investimento foram próprios, cerca de R$ 47 milhões. Para a safra 2013/14, deve produzir cerca de 30 milhões de litros de etanol e 15 mil toneladas de DDGS a partir de aproximadamente 85 mil toneladas de milho. Possui novos projetos de ampliação, como o da Usina Rio Verde, em Goiás. A Libra, situada em São José do Rio Claro, inicia a sua produção, com uma unidade acoplada à outra, de produção de etanol de cana-de-açúcar. Os seus investimentos chegarão a R$ 35 milhões.



Terceiro Painel: Viabilidade econômica do etanol de milho/sorgo

Segundo o superintendente do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), Otávio Celidonio, tanto uma usina *flex*, onde há produção de etanol de milho e cana-de-açúcar, quanto uma usina *full*, que produz somente etanol de milho, são viáveis. "Para converter uma usina de cana em *flex*, que consome 500 toneladas de milho ao dia, o empresário investirá cerca de R$ 18 milhões; para construir uma usina *full*, o consumo é da mesma quantidade, com investimento de R$ 45 milhões", calcula Celidonio.

Ainda segundo ele, além do preço do cereal, o mercado do DDGS é crucial para definir a viabilidade do projeto, já que o subproduto representa 80% do preço do milho. Como se utilizarem o milho até um preço de R$ 22 por saca as usinas *flex* estarão viáveis, o negócio fica interessante também para os produtores, com preços de R$ 8 por saca de milho.

Para Odacir Klein, presidente do Fórum Nacional do Milho, a chave está justamente na 2ª safra de milho no Mato Grosso, que pode trazer problemas pelo excesso de produção, mas que é extremamente necessária. Na safra 2012/13, o Brasil consumiu 52,34 milhões de toneladas e gerou um excedente de 29,00 milhões, bem acima da quantidade registrada em 2011/12, de 5,17 milhões.



Quarto painel: Tecnologias e subprodutos, desafios tecnológicos e de mercado

Houve a apresentação dos desafios em termos de tecnologia, como os novos processos disponíveis para a produção e redução dos custos de etanol, a partir de várias matérias-primas. A produção de etanol em uma usina *flex* pode ser feita por vários processos, inclusive sem a necessidade de separação na fase de mosto, com a mistura direta do material gerado no processamento da cana com o do milho.

No processamento de cereal para a produção de etanol, o grande destaque é a ICM, uma fabricante de equipamentos do Kansas, que construiu 122 das 200 usinas de etanol dos EUA. A empresa domina a tecnologia para extrair um DDGS de alto teor proteico, que é competitivo até frente ao farelo de soja. Existe uma rota especializada na obtenção tanto de produtos ricos em fibras para alimentação de ruminantes, quanto pobres em fibras e mais ricos em proteínas para aves e suínos.

Brasil: Evolução da produção de milho (em milhões de toneladas)

Safra	2002/03	2011/12	2012/13
1ª	34,77	12,61	47,38
2ª	35,92	21,59	57,51
Total	**35,15**	**46,18**	**81,34**

Fonte: Conab

Durante o processo para a produção de etanol a partir de amido de milho e sorgo, outros nutrientes (proteínas, minerais e carboidratos) oferecem subprodutos utilizados na alimentação do gado, chamados grãos secos de destilaria com solúveis (DDGS). Trata-se de uma alternativa nutricional tanto para a bovinocultura de corte, como para a de leite. Na América do Norte, mais de 80% de DDGS são usados na alimentação de ruminantes.

Terminamos os trabalhos com a sensação clara de que a produção de etanol a partir de milho durante a entressafra da cana, nas usinas *flex*, é um processo irreversível. Há tecnologia e matéria-prima suficiente; basta saber se estamos dispostos a encarar esse desafio. Enfim, aprendemos muito e constatamos a possibilidade de usar o excedente do milho no Brasil não só como matéria-prima para a produção de etanol. Na verdade, eventos dessa natureza ajudam a levantar, encontrar e propor soluções. ■

*Presidente da Aprosoja Brasil

Inovação

Produtos básicos com tecnologia

Eduardo Daher*

POTÊNCIAS MUNDIAIS, como os Estados Unidos, auferem bilhões de dólares exportando produtos oriundos de sua agropecuária – artigos sem conteúdo tecnológico, segundo certa corrente teórica. O próprio Brasil saiu-se bem nas últimas crises mundiais e formou um nada desprezível colchão de reservas cambiais na última década em razão dos embarques de *commodities* agrícolas e minerais. Mas, além da contribuição à balança comercial, é preciso questionar o argumento de que nossos produtos básicos não se incluem em nenhuma cadeia tecnológica sofisticada.

Tome-se como exemplo a celulose, um dos produtos "carimbados" como básico. Sol e terra abundantes, somados ao clima tropical, favorecem vantagens comparativas em relação aos concorrentes internacionais – mas, não apenas isso. Nas nações nórdicas, o eucalipto atinge ponto de corte em torno de vinte e um anos, porém, no Brasil, além dos insumos naturais, os laboratórios instalados para aperfeiçoar espécies desenvolveram variedades que atingem ponto de corte em menos de sete anos.

O País obtém, igualmente, resultados promissores na aplicação de tecnologias no cultivo de frutas e hortaliças destinadas à exportação. Pesquisas realizadas pela Embrapa Instrumentação, em São Carlos-SP, por exemplo, desenvolveram películas invisíveis e comestíveis – à base de amido de milho ou proteínas da soja – que protegem os alimentos e substituem os plásticos utilizados para envolvê-los antes de ser vendidos. Com esta técnica, os alimentos poderão ser colhidos maduros, e não retirados do pé ainda verdes, quando enfrentam processos de amadurecimento forçado por agentes catalisadores, com o objetivo de aumentar seu tempo de consumo.

Segundo os pesquisadores, o revestimento poderá diminuir em até 40% o desperdício de alimentos no período que vai da pós-colheita até o transporte e a distribuição. Os alimentos poderão levar até vinte dias para começar a se degradar após a colheita – sem proteção, levam, em média, quatro dias para iniciar o processo de apodrecimento. A maçã, por exemplo, pode ser armazenada, em temperatura ambiente, de cinco a oito dias. Se estiver revestida, este prazo aumenta para até dezessete dias. A pesquisa já foi testada em manga, pera, banana, castanhas e hortaliças. A Embrapa desenvolve outro estudo para a produção de etanol de segunda geração. As matérias-primas alternativas usadas nesta pesquisa estão em fase de teste e consistem em bagaço de cana-de-açúcar, capim, resíduos florestais e sorgo, encontrados em grandes quantidades na natureza e aproveitados na fabricação deste novo tipo de etanol.

O Brasil também vai transferir tecnologia de cultivo do algodão. A Embrapa e a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) criaram um programa de assistência técnica e capacitação em cotonicultura. Um acordo de 20 milhões de dólares assinado entre o governo brasileiro e as Nações Unidas vai ajudar a incrementar o plantio de pequenos produtores de países em desenvolvimento por quatro anos. Entre os interessados em participar do programa, estão Paraguai, Peru e Bolívia.

O Brasil é o quinto maior produtor de algodão, atrás da China, Índia, Estados Unidos e Paquistão. Técnicas avançadas de plantio, aliadas à utilização de cultivares mais bem adaptadas ao tipo de solo e clima das regiões produtoras, contribuíram para o avanço da produção. O avanço da tecnologia e o aumento da produtividade permitiram ao Brasil passar de maior importador mundial de algodão para terceiro maior exportador do produto em doze anos. Mas, para atender as exigências das indústrias nacionais e dos clientes externos, a principal preocupação é com a qualidade da fibra. E, depois de treze anos de pesquisas, o Brasil inovou também na produção de variedades comerciais do algodão colorido. A fibra vale o dobro da convencional, aumentando a renda de pequenos produtores do sertão nordestino, cuja produção é cobiçada no exterior.

Portanto, mostra-se equivocado um lugar-comum nas análises econômicas que colocam o Brasil como um país exportador de produtos básicos e comprador de manufaturados, como se ainda estivesse preso a seu período colonial. Como o País comprava, ser vendedor de produtos básicos não é, necessariamente, sinônimo de atraso, nem de maus negócios. Muito pelo contrário: o campo brasileiro vem proporcionando vários bons motivos para não sermos complexados tecnologicamente. ■

*Economista, pós-graduado em Administração de empresas pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

Três problemas



Roberto Rodrigues*

MATÉRIAS RECENTEMENTE publicadas pela mídia mostram que o agronegócio brasileiro vai muito bem e que, enquanto isso, outros setores da economia seguem sofrendo com a perda de competitividade determinada pelo Custo Brasil.

É preciso cuidado com esse tipo de informação. Não dá para generalizar.

Em primeiro lugar, há que se ressaltar que o campo fez um duríssimo ajuste interno logo depois dos Planos Collor e Real, nos anos 90 do século passado. A brutal perda de renda sofrida pelo setor em função dos descasamentos dos índices de correção dos preços agrícolas *versus* os dos débitos dos produtores gerou uma exclusão sem precedentes na história da agropecuária brasileira: milhares de produtores foram expulsos da atividade. Para sobreviver, os remanescentes tiveram que se socorrer da tecnologia tropical – que, felizmente, estava disponível em nossos órgãos de pesquisa e extensão – e, ainda mais, criar regras de gestão, até então desnecessárias: com uma inflação de mais de 80% ao mês, não havia eficiência gerencial que funcionasse. Esse ajuste, lastreado na inovação e nos investimentos, por sorte, foi amparado por algumas políticas públicas que tiveram grande importância, como o Moderfrota, que permitiu a modernização do então sucateado parque motomecanizado do País e que, de lambujem, reduziu as perdas de colheita que ocorriam com as velhas máquinas, o que ajudou a aumentar a produtividade.

O resultado é conhecido: em vinte anos, a área plantada com grãos cresceu 40% e a produção, 220%, o que preservou milhões de hectares de cerrados e matas com mais produtividade por hectare. Mas, esse ajuste caríssimo, a um custo social sem precedentes, não foi uniforme, nem regionalmente, nem por produto. É claro que não existe um único agronegócio brasileiro, assim como não existe um único Brasil. Não dá para colocar no mesmo pacote um produtor de uvas da serra gaúcha, um de soja do Mato Grosso, um de café de São Paulo ou Espírito Santo, um canavieiro de Pernambuco, um pecuarista do Pará, um seringueiro do Acre e um leiteiro de Minas Gerais: são mundos extremamente diferentes, seja por causa das condições edafoclimáticas, seja pela tecnologia usada, seja pelas questões étnicas e culturais, seja pela estrutura fundiária, seja lá pelo que for. São realidades distintas.

Portanto, as boas novas referidas sobre o setor não são gerais.

A propósito, três segmentos do agro estão sofrendo bastante, e já há um bom tempo: cana, café e laranja, todos muito importantes tanto econômica, quanto socialmente, dado o número de empregos que geram.

A cana sofre pela inacreditável falta de ação governamental para o setor: buscando segurar a inflação, o preço da gasolina vem sendo administrado nos últimos seis anos, ao longo dos quais teve um aumento pífio de 6%. Com isso, a Petrobras vem tomando enorme prejuízo e o etanol perde competitividade, uma vez que seus custos crescem com os aumentos de custo da cana-de-açúcar. Dezenas de usinas já fecharam, e o produtor da gramínea está sem renda.

A laranja sofre porque os estoques mundiais de suco são grandes, o consumo diminuiu com a crise de 2008 e a concorrência com outros sucos ficou mais dura.

E o café vive anos de preços muito baixos, por causa da grande especulação que cerca este nobre produto, alimentada por notícias nem sempre verdadeiras de safras muito abundantes.

Soluções existem: para a cana, basta equilibrar os preços internos da gasolina com os internacionais. Para a laranja, mecanismos de proteção são necessários até que os estoques globais de suco caiam, e já há indicadores disso para 2015. E a instalação do Consecitrus terá função muito importante para a futura remuneração da laranja. E, para o café, precisamos, antes de mais nada, equacionar as pesadas dívidas contraídas pelos produtores no passado com equivalência/produto, preços mínimos decentes e mecanismos de garantia conhecidos.

O que falta para isso acontecer? Vontade política, nada mais... ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Governo precisa trocar o *chip*



Cesário Ramalho da Silva*

NOVAMENTE, O agronegócio deu conta do recado. Com mais uma supersafra de grãos e exportações com nova perspectiva de recorde histórico, o setor continuou a garantir o abastecimento interno – com quantidade, qualidade e preço – e assegurou divisas para o País, sustentando uma balança comercial que, se não fossem os produtos agrícolas, acusaria déficit.

Nunca é demais acentuar, ainda, que a força do agro gera empregos, renda e riqueza para toda economia – irradiando ganhos socioeconômicos para os outros setores: Indústria, Comércio e Serviços.

Os serviços ambientais desenvolvidos pelos produtores – como a conservação de nascentes, que garantem o abastecimento de água de grandes metrópoles –, assim como os resultados elevados no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da maioria dos principais polos agrícolas, são a prova desse desenvolvimento de um agronegócio sustentável.

A verdade é que o Brasil criou um jeito próprio de fazer agricultura e pecuária, que resultou num agronegócio forte, competitivo e diversificado. O produtor absorveu tecnologia e faz cada vez mais em menos área com menos insumos.

Boas práticas, como plantio direto e rotação e integração de culturas, ganham cada vez mais terreno. Além disso, a sofisticação de sementes, defensivos e fertilizantes (controle e fertilização biológica), somada à modernização das máquinas e implementos, e o avanço da agricultura de precisão fortalecem o pacote tecnológico do setor, acarretando significativos ganhos de produtividade.

Todavia, nem tudo são flores – longe disso, aliás –, com alguns segmentos (citros, sucroenergético, café) apresentando problemas, com um Ministério da Agricultura cada vez mais desprestigiado e com os gargalos estruturais, que formam o chamado Custo Brasil, sem qualquer resolução.

Por isso, é de se questionar até quando o agronegócio conseguirá manter essa toada, continuando a contribuir decisivamente para o País e permanecendo competitivo mesmo diante de um rosário de políticas públicas conflitantes e desestimulantes.

Relembrando que, na esfera política, o enfraquecimento do Ministério da Agricultura ficou ainda mais patente. A pasta perdeu autonomia, função estratégica, poder político e recursos, ficando sem acesso ao centro nervoso do Governo.

No âmbito econômico, os custos subiram fortemente, com destaque para os ligados à logística, mão de obra e maquinário e para os tributários e regulatórios – que envolvem legislações como a ambiental, a trabalhista e a de sanidade animal e humana.

A realidade é que os setores produtivos estão pressionados por um arrocho político-estatal nunca antes visto por aqui.

Para a Rural, não só o agronegócio, mas o País passa por um momento de inflexão. A guinada de políticas sociais implementada nos últimos governos teve importante papel, mas não mais basta para o nosso amanhã, que exige reformas estruturais. Entre alguns itens-chave para o futuro, não só do agro, como do Brasil, destaco três do ponto de vista macro:

- Segurança jurídica (propriedades, bens e contratos);
- Ambiente regulatório mais qualificado (com menos intervencionismo e burocracia, com decisões técnicas, foco na livre iniciativa e fim de ideologias);
- Estado austero do ponto de vista financeiro (menos custeio e mais investimento).

Ademais, esmiuçando os desafios estruturais, é proeminente a necessidade de soluções para outras questões prioritárias, com destaque para:

- Resolver o impasse acerca da questão indígena e quilombola;
- Reforma da legislação trabalhista, a fim de contemplar as particularidades do campo;
- Mais pragmatismo e inteligência comercial nas negociações internacionais;
- Compreensão de que pesquisa, extensão rural, seguro e uma defesa agropecuária forte são fatores não só estratégicos, como de sobrevivência para o agronegócio.

O Governo precisa trocar o *chip*. Não basta só investir em programas sociais, esquecendo-se de criar um ambiente favorável ao investimento e à competitividade dos setores produtivos. E isso começa por menos intervencionismo, que dê mais previsibilidade para a tomada de decisão do setor privado e de investidores. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Eng. agrônomo: 80 anos de regulamentação profissional



Mônika Bergamaschi*

A AGRICULTURA nunca foi descoberta ou inventada. Aparentemente, ela resulta de um longo processo de evolução, que mudou o curso da história do homem primitivo, há cerca de 10.000 anos. As comunidades de coletores e predadores, que se transformaram em sociedades de agricultores, foram aquelas que já tinham desenvolvido ferramentas sofisticadas de pedra e dominado a exploração de recursos vegetais, o que lhes permitiu abandonar o nomadismo e viver em vilarejos, inclusive cultuando seus ancestrais e algumas divindades.

Quanto à domesticação, parece não haver dúvidas de que os primeiros agricultores preservavam as linhagens de plantas e de animais que lhes traziam vantagens evidentes. Ela surgia como um resultado não premeditado.

Sabendo pouco, pobre em instintos, mas imensamente educável, a espécie humana teve seu principal trunfo na variedade dos regimes alimentares e dos modos de vida que podiam lhe convir. O homem é eclético, onívoro e adaptável. Grandes vantagens para mudanças tão vultosas.

Desde então, a agricultura conquistou o mundo. Tornou-se o principal fator de transformação da vida na Terra, e seus ganhos de produção e de produtividade condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam sua própria alimentação.

Muitos atribuem à agricultura a melhora na qualidade de vida. A incessante busca pela sobrevivência deixou lugar para uma ação mais planejada, baseada na capacidade intelectual do homem. Passou a ser possível planejar colheitas e estocar alimentos. Entretanto, existem os que discordam e afirmam que a opção pela agricultura foi uma das piores escolhas realizadas pela civilização. Há os que defendem que a agricultura foi a grande responsável pelo desmatamento, a superpopulação, os conflitos militares e a constituição das diferenças sociais.

É quase impossível imaginar o mundo sem a agricultura, e é vital ter sempre em mente a necessidade de revisitar os parâmetros de desenvolvimento e de consumo. Produzir mais e melhor com menos. E, também, atentar para aspectos sanitários no trânsito de pessoas, animais e vegetais; para a coordenação das cadeias de produção, as mudanças climáticas, os acordos e contratos.

Esse sistema, por sua complexidade cada vez maior, com exigências de toda natureza, deposita na Ciência, na tecnologia e na inovação a esperança de que os caminhos para a produção com sustentabilidade sejam desvendados.

A profissionalização da atividade é condição ímpar para que esses objetivos possam ser atingidos. Na agricultura e na pecuária, não há espaço para amadorismo.

A pesquisa, a assistência técnica e a extensão rural, necessariamente, precisam caminhar juntas a fim de que os produtores tenham acesso às tecnologias e saibam como aplicá-las adequadamente. A atuação do engenheiro agrônomo é, portanto, imprescindível.

No Brasil, com o fim da escravidão, na época do Império, e com o deslocamento do núcleo econômico para a região Sudeste, o sistema sucroalcooleiro nordestino entrou em decadência. A solução para a região voltar a ser uma potência foi a criação, em 1859, do Imperial Instituto Baiano de Agricultura. Em 1875, foi fundada a primeira escola de Agronomia, que, hoje, integra a Universidade Federal da Bahia.

A segunda surgiu em 1883, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e foi chamada Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática. O ensino de Agronomia só foi oficialmente criado em 1910, e a regulamentação do exercício da profissão de engenheiro agrônomo só aconteceu em 12 de outubro de 1933, com um decreto do presidente Getúlio Vargas. Esta data acabou adotada nacionalmente como o Dia do Engenheiro Agrônomo. A Agronomia foi a primeira profissão de nível superior regulamentada no Brasil. Há exatos oitenta anos!

O papel do engenheiro agrônomo ganhou amplitude jamais imaginada. Profissional de visão holística, possui formação que o permite atuar nos mais diversos segmentos dessa grande mola propulsora da economia paulista, brasileira e mundial. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em novembro de 2013 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	330.000	480.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	730.000	900.000	890.000	792.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	478.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	720.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	850.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	477.405
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	652.454

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em novembro de 2013 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	142.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	158.000	160.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	215.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020	170.000	160.000	165.000	203.000
New Holland	TM 7040	210.000	200.000	200.000	220.000
New Holland	T 7245	250.000	270.000	300.000	320.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	300.760
John Deere	8335	375.000	600.000	560.000	654.050

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de plantadeiras em novembro de 2013 (R$/unidade)

MARCA	MODELO	LARGURA DO CORTE (M)	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	PREÇO (R$)
		PLANTIO CONVENCIONAL		
Baldan	PLD-2	2 linhas	70	8.000,00
Baldan	PLD-4	4 linhas	70	13.300,00
		PLANTIO DIRETO OU CONVENCIONAL		
Marchesan	Suprema 09	4 linhas (PD)	80	81.600,00
Marchesan	Suprema 12	6 linhas (PD)	100	98.000,00
SLC	708	5 linhas (PD)	75	91.800,00
SLC	710	7 linhas (PD)	90	111.600,00
		SEMEADORA PARA SEMENTES PEQUENAS		
Baldan	S.A .-16	15 linhas	90	33.600,00
Baldan	S.A .-20	20 linhas	90	40.200,00
Baldan	S.A .-24	24 linhas	90	46.900,00
Incomagri	E-600	lanço – 22 m	70	2.160,00
Incomagri	Sembra-1000	lanço – 20 m	70	5.590,00
Terence	T1	2 m x 5 cm	70	7.200,00
Terence	T2 para pasto	2 m x 5 cm	70	8.200,00
Terence	Distribuidor com caixa	3 m x 5 cm	70	6.200,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em novembro de 2013, comprar uma plantadeira para plantio direto, com 7 linhas, modelo SLC 710, da SLC, cujo preço é R$ 111.600,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 22.320,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para março de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 126.072,70 pela plantadeira.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/03/14	R$ 89.280,00	R$ 8.928,00	R$ 2.832,40	R$ 11.760,40	1
01/09/14	R$ 80.352,00	R$ 8.928,00	R$ 2.919,87	R$ 11.847,87	2
01/03/15	R$ 71.424,00	R$ 8.928,00	R$ 1.937,87	R$ 10.865,87	3
01/09/15	R$ 62.496,00	R$ 8.928,00	R$ 1.695,64	R$ 10.623,64	4
01/03/16	R$ 53.568,00	R$ 8.928,00	R$ 1.453,40	R$ 10.381,40	5
01/09/16	R$ 44.640,00	R$ 8.928,00	R$ 1.211,17	R$ 10.139,17	6
01/03/17	R$ 35.712,00	R$ 8.928,00	R$ 968,94	R$ 9.896,94	7
01/09/17	R$ 26.784,00	R$ 8.928,00	R$ 726,70	R$ 9.654,70	8
01/03/18	R$ 17.856,00	R$ 8.928,00	R$ 484,47	R$ 9.412,47	9
01/09/18	R$ 8.928,00	R$ 8.928,00	R$ 242,23	R$ 9.170,23	10
Total		89.280,00	14.472,70	103.752,70	–
Total pago: R$ 22.320,00 (entrada) + R$ 103.752,70 (financiamento) = R$ 126.072,70.					

Produção agropecuária brasileira

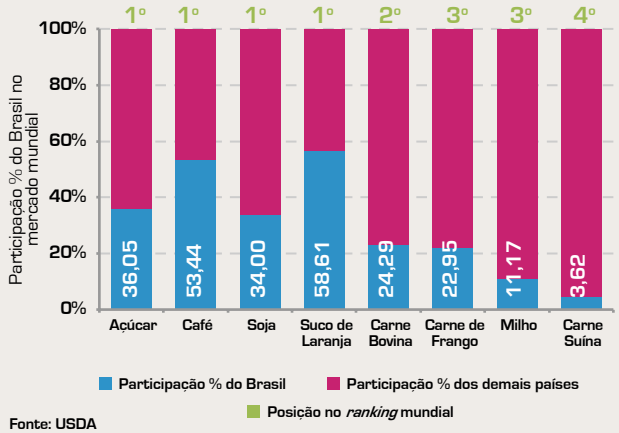
Indicadores de desempenho da cafeicultura brasileira

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Produção (milhões de sacas)[1]	39,3	32,9	42,5	36,1	46,0	39,5	48,1	43,5	50,8	47,5
Área em produção (milhões/ha)	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,0	2,0
Produtividade (sacas/ha)	17,8	14,9	19,8	16,6	21,2	18,9	23,2	21,2	24,8	23,7
Exportação – verde, solúvel, extratos e torrado[2]										
Quantidade (milhões de sacas)	27,0	26,4	28,0	28,4	29,7	30,5	33,5	33,6	28,7	26,2
Valor (US$ bilhões)	2,1	2,9	3,4	3,9	4,8	4,3	5,8	8,7	6,5	4,4
Preço médio (US$/saca)	76,08	110,80	120,23	137,03	160,20	140,38	172,11	259,83	224,90	169,82
Consumo interno de café T&M e solúvel (milhões de sacas)[3]	14,9	15,5	16,3	17,1	17,7	18,4	19,1	19,7	20,3	21,0
Consumo *per capita* (kg/habitante/ano)	5,0	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,4
Participação das exportações brasileiras de cafés em relação às exportações mundiais, em sacas (%)[4]	29,3	30,2	30,4	29,5	30,5	31,7	34,6	32,1	25,4	27,3
Participação do café nas exportações do agronegócio, em US$ (%)[2]	5,2	6,6	6,8	6,6	6,6	6,6	7,5	9,2	6,7	5,1
Preços do café tipo 6, bebida dura, recebidos pelos produtores, com base no Cepea/Esalq (R$/saca)[2]	217,27	281,13	250,33	252,43	260,37	263,20	310,91	494,95	390,03	294,74

Fontes: DCAF; Cobab; ABIC; SECEX/MDIC; OIC; Cepea/Esalq/BM&F
(1) 2013, com base no 3º Levantamento de Safra da Conab – setembro/13
(2) 2013 – janeiro a outubro
(3) 2013 – estimativa
(4) 2013 – janeiro a setembro

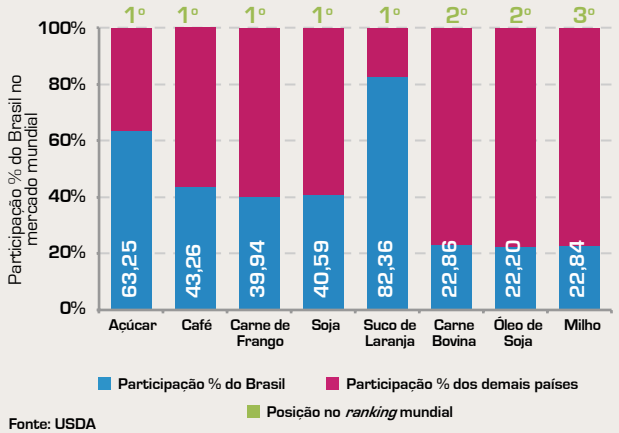
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2012/13



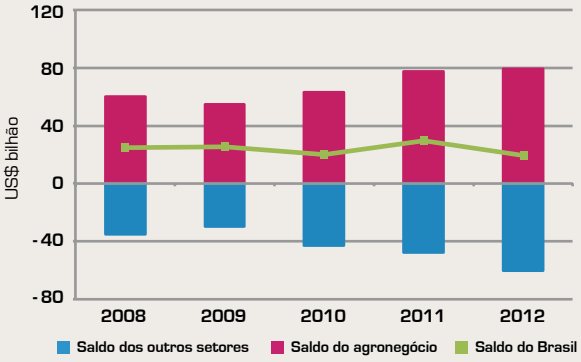
Fonte: USDA

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2012/13



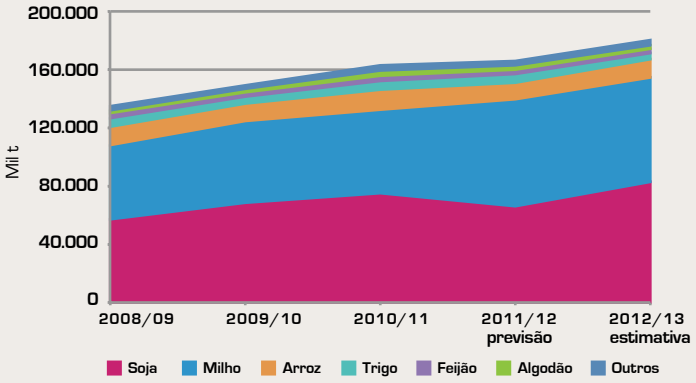
Fonte: USDA

Brasil: Evolução do saldo da balança comercial



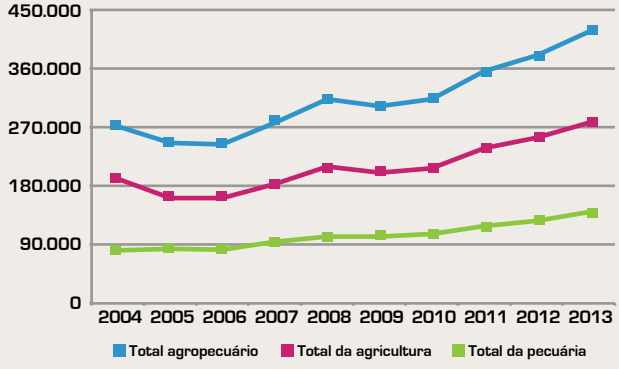
Fonte: SECEX

Brasil: Produção de grãos, por produto



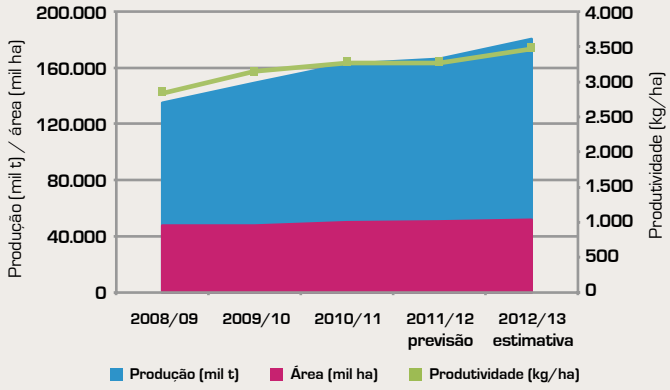
Fonte: Conab

Valor Bruto da Produção (R$ milhões)



Fontes: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

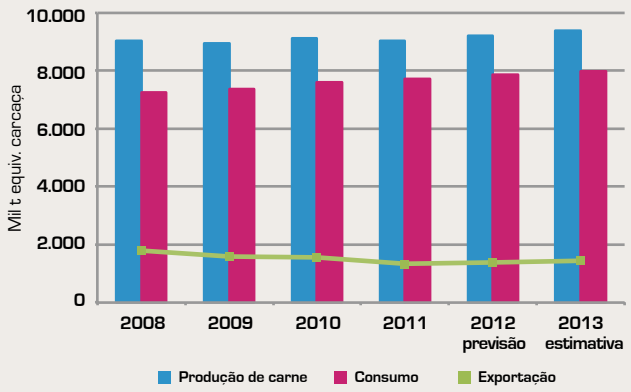
Brasil: Área plantada com grãos, produção e produtividade



Fonte: Conab

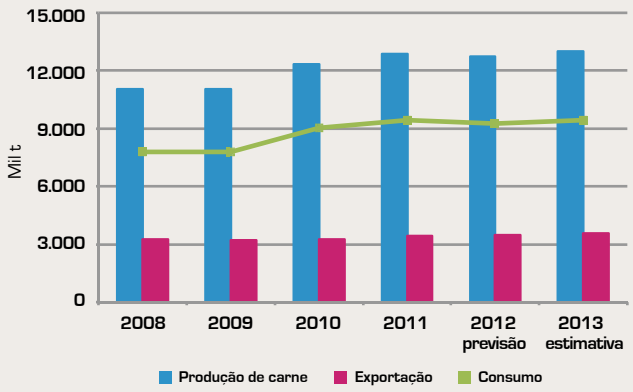
Produção agropecuária brasileira

Brasil: Produção de bovinos



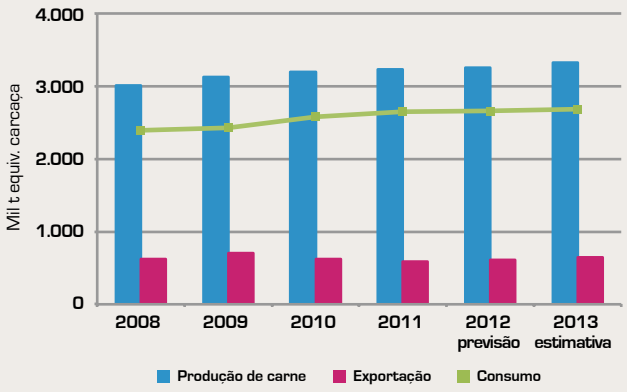
Fonte: USDA

Brasil: Produção de aves



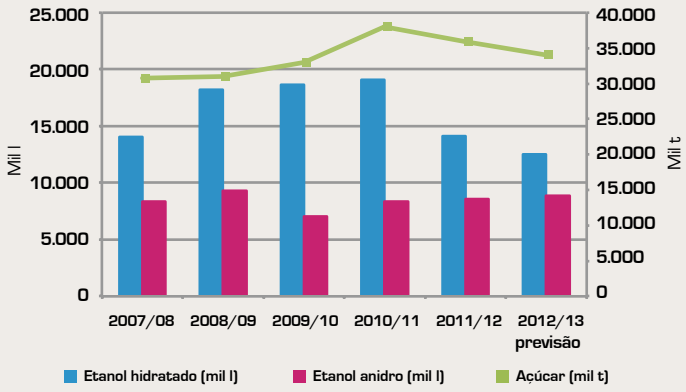
Fonte: USDA

Brasil: Produção de suínos



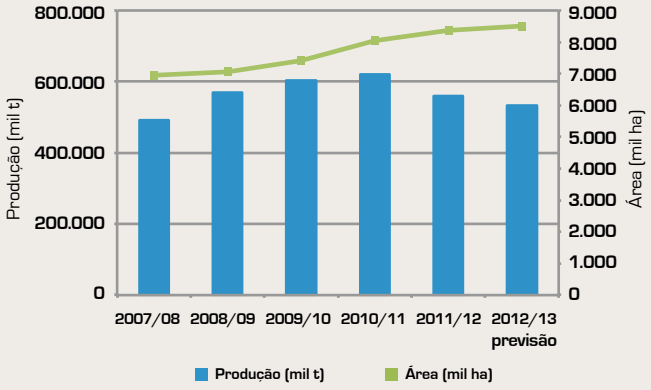
Fonte: USDA

Brasil: Produção de açúcar e etanol



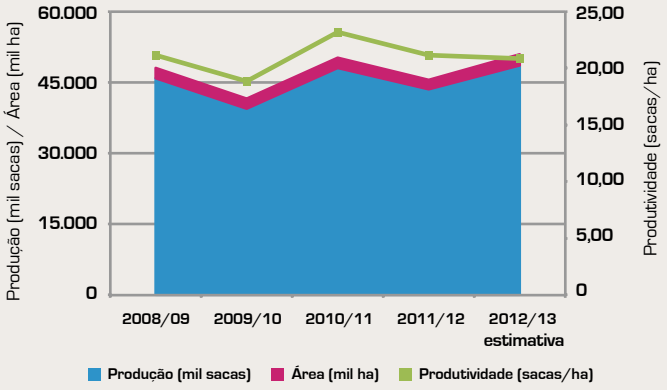
Fonte: UNICA

Brasil: Área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: UNICA; Conab

Brasil: Área plantada com café, produção e produtividade



Fonte: Conab